



# RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

---



## Índice

Mensagem do Presidente	pag.3
2- O Município de Matosinhos	pag.7
Caracterização, âmbito e enquadramento	
2.1. – O Concelho de Matosinhos	pag.8
Evolução, caracterização demográfica e económica e social	
2.2 – A Câmara Municipal de Matosinhos	pag.16
Missão, visão, ME, estrutura organizacional	
3 – Envolvimento do Município em Parcerias Supramunicipais	pag.21
3.1. Associação Transfronteiriça do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	
3.2. Fórum Europeu de Segurança Urbana	
4 – A Sustentabilidade do Município de Matosinhos	
4.1 – Performance Financeira	pag.25
Desempenho económico, captação de fundos, mercado de habitação, setores chave no desenvolvimento económico	
4.2 – Performance Ambiental	pag. 36
Pacto de Autarcas, energia, água, qualidade do ar, resíduos, espaços verdes, educação ambiental, mobilidade	
4.3 – Performance Social	pag. 43
4.3.1. Práticas laborais e trabalho condigno	
Emprego, segurança e saúde no trabalho, formação e igualdade de oportunidades, igualdade de género	
4.3.2. Sociedade	pag. 50
População, educação, dinâmica cultural (Quarteto de Cordas e Orquestra de Jazz), segurança	
4.4 – Serviços prestados ao cidadão	pag. 53
Loja do Município, PAC, CIAC, Loja de Emprego	
4.5 - Participação Cívica	pag.69
Orçamento participado, Conselhos de Cidadãos,	
5 – Compromissos para o futuro	pag. 73
Objetivos a alcançar a curto, médio e longo prazo	

## 1 - Mensagem do Presidente



Ao longo das últimas duas décadas o concelho de Matosinhos afirmou, no contexto nacional, pela sua modernidade e pela dinâmica cultural, social e económica alicerçadas numa relevante oferta nestas áreas, que muito contribuíram para a qualificação dos serviços prestados e para a sua regeneração urbanística.

Numa época particularmente difícil da economia portuguesa, a sustentabilidade é um princípio fundamental na gestão autárquica. Contudo, a missão da Câmara Municipal de Matosinhos para 2014/2017 vai mais longe: centra-se na prestação de um serviço público de qualidade baseado no planeamento, na coordenação e na gestão eficiente dos recursos municipais, tendo como objetivo central a participação ativa dos munícipes, e orientado para o desenvolvimento económico e social e para a melhoria da qualidade de vida e segurança dos cidadãos que residem estudam e trabalham no município.

A nossa missão está vocacionada para o desenvolvimento coerente e equilibrado do território, para a preservação da herança e património histórico e para a prosperidade sustentada de longo prazo.

Ativar a Cidadania é, assim, o objetivo e a estratégia do mandato. Procurar com criatividade e energia mobilizar todos os cidadãos para os desafios do futuro e do presente, fazer com que cada um sinta que pode e deve contribuir para o destino coletivo.

Ativar a cidadania é, também, fazer e promover a cidade partilha, a cidade em rede, a cidade impulso, a cidade criativa e a cidade lazer, desafios constantes e permanentes que farão parte da nossa estratégia nos próximos três anos.

A emergência social de crise obriga a que cada cidadão se comprometa à solidariedade com o seu próximo. Assim, queremos ativar a cidadania para fazer a cidade rede, uma cidade solidária, dos cidadãos que fazem as instituições sociais, dos cidadãos que resolvem ser maiores. Idosos, crianças e portadores de deficiência são os que, em primeira linha, nos ocupam. Mas também, criar condições para o encontro da escola com a comunidade, a “escolicidade” que ambicionamos.

Por outro lado, queremos ativar a cidadania para fazer a cidade impulso. E esta tem que ser a principal resposta à crise, à criação de emprego, à iniciativa. Criar um ambiente favorável ao empreendedorismo, cultivá-lo, concretizar o investimento projetado e em curso, aumentar a transparência, monitorizar em permanência a performance da Câmara. Matosinhos lidera hoje a região e o norte em termos de investimento. Queremos continuar com a ambição de sermos a locomotiva que pode levar a região para lá da crise com determinação, com confiança e teimosia.

Ativar a cidadania para fazer a cidade criativa. A cultura tem um papel decisivo na nossa estratégia. Como fruição, mas sobretudo como agente económico. Orquestra de jazz, Quarteto de Cordas, Nery, Galeria, Siza Vieira são já hoje símbolos de excelência, símbolos de um Portugal maior, um Portugal que atravessou fronteiras e se afirma no contexto mundial. De Matosinhos para o mundo para que o mundo conheça e venha a Matosinhos.

Ativar a cidadania para fazer a cidade lazer. Matosinhos é a sala de jantar de toda a região. Um esforço de milhares de cidadãos que é preciso potenciar todos os dias. Renovar o tecido e o espaço urbano, rasgar espaços de encontro, qualificar o território é um objetivo que iremos prosseguir com imaginação, criatividade e sustentabilidade. Do mar ao interior, a ideia é cuidar e pensar cada espaço para que Matosinhos seja a cidade sabor, a cidade prazer que ambicionamos.

Numa época particularmente difícil da economia portuguesa, entender-se-á porque é que a autarquia de Matosinhos não deseja desinvestir naquela que tem sido, não só uma das suas áreas de referência e de identidade, mas também das que mais tem contribuído para o rejuvenescimento, qualificação e dinamismo da sua população, e que poderá contribuir de um modo significativo para o inverter do atual contexto económico.

Por outro lado, e na prossecução do que tem sido a programação cultural desta Câmara Municipal ao longo dos últimos anos, continuaremos a pugnar para que a nossa “agenda” e programação tenham forte penetração em todos os concelhos vizinhos (e não só). Uma programação que não se esgote

nos matosinhenses, mas que, numa perspetiva de complementaridade metropolitana (e não concorrencial) atraia públicos de toda a região, potenciando também outros sectores, como é o caso do turismo e o da restauração.

É neste enquadramento e com esta visão estratégica, que a Câmara Municipal de Matosinhos pretende apresentar candidatura a Cidade Criativa, na área do Design, da Rede de Cidades Criativas da UNESCO. Criada em 2004, esta rede procura desenvolver a cooperação internacional entre cidades que identificaram e elegeram a criatividade como fator estratégico, como fator diferenciador para o seu desenvolvimento. Atualmente, há mais de 40 cidades membros em todo o mundo, sendo que na área do design destacam-se Buenos Aires, Berlim, Saint-Étienne, Shangai e Montreal.

E se 2015 Matosinhos centrar-se-á na Criatividade, em 2016, queremos ser Capital Cultural do Eixo Atlântico. Aproveitar o que temos, o que fazemos e o que nos distingue no panorama nacional para seduzir os nossos parceiros do Eixo Atlântico transformando o concelho num espaço cultural diversificado onde se cruzam lazer, gastronomia, design, criatividade e cultura nas suas mais diferentes formas.

De forma transversal a todos os nossos projetos, a sustentabilidade financeira do Município é uma preocupação diária na atividade municipal. Estamos a executar planos de manutenção preventiva dos equipamentos e infraestruturas da Câmara, definindo políticas de sustentabilidade a longo prazo.

Com este relatório de sustentabilidade responsabilidade social, a Câmara Municipal de Matosinhos pretende levar a conhecimento dos cidadãos o trabalho efetuado e os resultados obtidos pela autarquia em atividades e áreas menos visíveis e/ou imateriais (educação, social, cultura, desporto, etc), recorrendo a indicadores, gráficos evolutivos, comparações e outras formas de divulgação.

Convido-o/a, desta forma, a conhecer um pouco melhor o município de Matosinhos!

O PRESIDENTE DA CÂMARA



Guilherme Pinto

## 2 – O Município de Matosinhos

### Caracterização, âmbito e enquadramento

O objetivo do desenvolvimento sustentável é dar resposta às necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. Um dos seus principais desafios baseia-se nas escolhas e formas de pensar que sejam novas e inovadoras. A transparência em relação à sustentabilidade das atividades das organizações é do interesse das várias partes interessadas, incluindo as empresas, os investidores, os munícipes, entre outros.

Seguindo uma política de transparência a Câmara Municipal de Matosinhos desenvolveu um Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Social no qual se pretende divulgar e prestar contas sobre o seu desempenho.



O relatório está dividido em quatro capítulos sendo que se inicia com uma apresentação do Município de Matosinhos onde se destaca a sua evolução e caracterização sociodemográfica bem como a missão, visão e estrutura organizacional da Câmara Municipal de Matosinhos.

Numa segunda parte são apresentadas as organizações nacionais e internacionais das quais a Câmara Municipal de Matosinhos faz parte integrante como parceiro e em alguns casos como elemento integrante da estrutura de decisão das mesmas.

Segue-se um capítulo onde se apresenta informação sobre o desempenho económico, ambiental e social da Câmara Municipal de Matosinhos com vista à sua sustentabilidade, assim como os serviços prestados ao cidadão e as políticas de participação cívica seguidas pela autarquia.

Finalmente são apresentadas as linhas orientadoras e de compromisso para o futuro visando a sustentabilidade do Município de Matosinhos.

## **2.1. O concelho de Matosinhos**

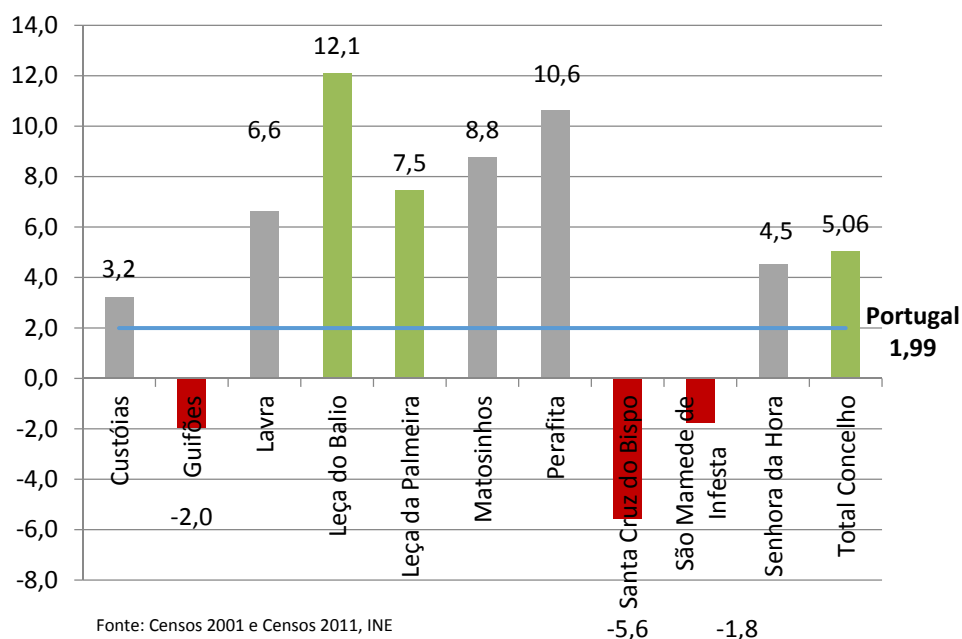


Em 2011, data dos últimos censos, Matosinhos apresentava um total de 175 478 habitantes, dos quais 52,4% eram mulheres e 47,6% eram homens.

As freguesias com mais habitantes eram Matosinhos (30 984 habitantes) e Senhora da Hora (27 747 habitantes), enquanto as que apresentavam os números mais baixos eram Santa Cruz do Bispo (5 767 habitantes) e Guifões (9 495 habitantes).

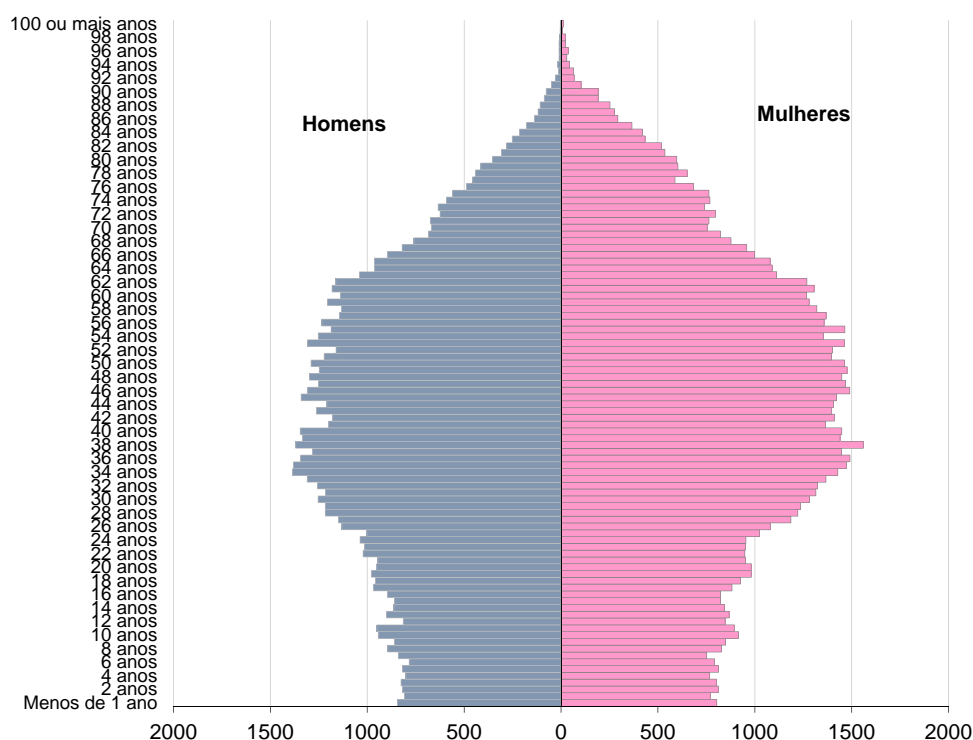
Entre os Censos de 2001 e de 2011, a população do concelho teve uma evolução positiva (5,06%), sendo Leça do Balio quem apresenta o valor mais elevado (12,1% de crescimento). No entanto, algumas freguesias registam evoluções negativas, nomeadamente, Santa Cruz do Bispo com o valor mais alto (-5,6%), Guifões (-2%) e São Mamede de Infesta (-1,8%).





#### TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (%) EM PORTUGAL, NO CONCELHO DE MATOSINHOS, POR FREGUESIA, ENTRE 2001 E 2011

Como é possível observar na pirâmide etária, a população do concelho está a envelhecer pela base, ou seja, o número de nascimentos tem diminuído.



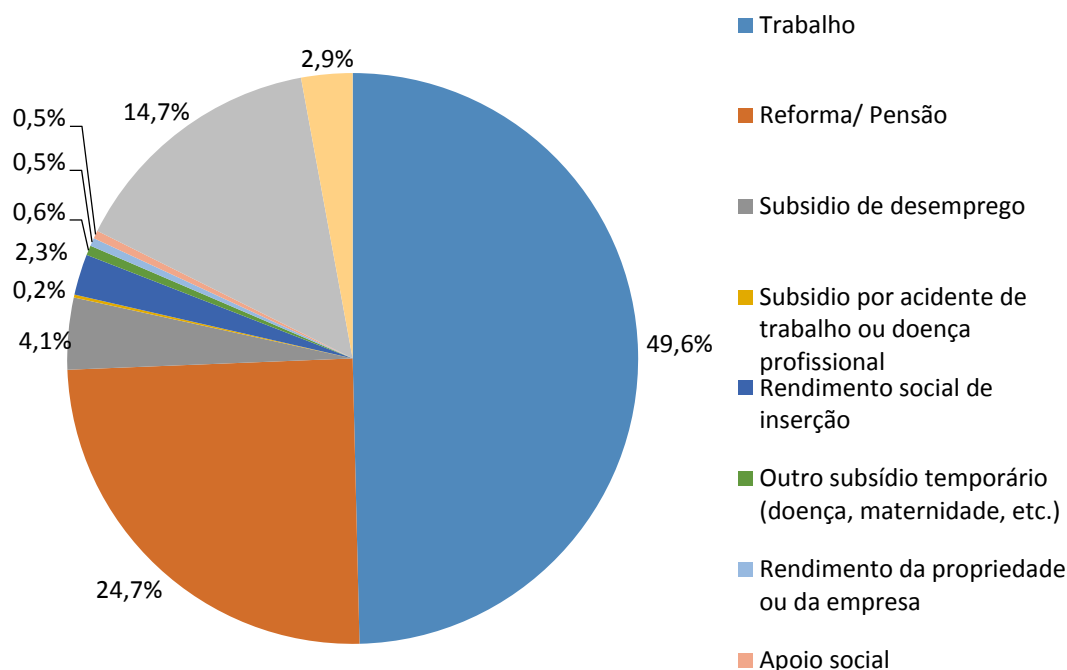
#### PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) NO CONCELHO DE MATOSINHOS, EM 2011



Por outro lado, o envelhecimento da população também pode ser analisado através dos índices de juventude e envelhecimento. Em Matosinhos, estes índices encontram-se no seu limiar. Para cada 100 jovens existem 101 idosos (índice de juventude) e para cada 100 idosos existem 99 jovens (índice de envelhecimento).

Ao nível das freguesias, as que apresentam populações mais jovens são Perafita e Senhora da Hora e as freguesias que têm a população mais envelhecida são Santa Cruz do Bispo, São Mamede de Infesta e Guifões.

A população residente em Matosinhos tem como principal meio de vida o trabalho (49,6%), seguido da Reforma/Pensão (24,7%). Ainda de destacar que o subsídio de desemprego corresponde a 4,1%, o que em comparação com os restantes meios de vida analisados é uma percentagem considerável.

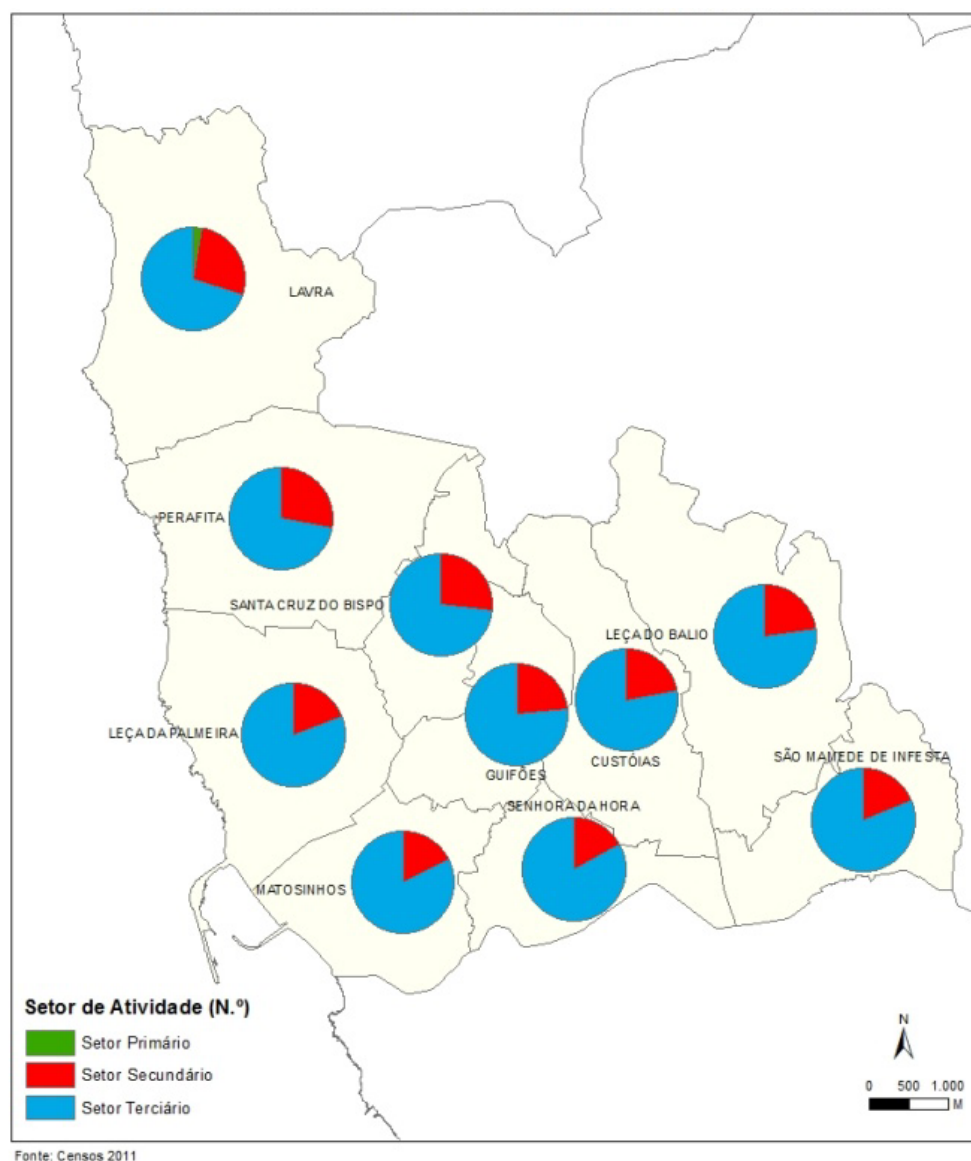


Fonte: Censos 2011, INE

#### POPULAÇÃO RESIDENTE (%) NO CONCELHO DE MATOSINHOS COM 15 E MAIS ANOS, SEGUNDO O PRINCIPAL MEIO DE VIDA, EM 2011

Relativamente a 2001, o número de pessoas em que o trabalho é o principal meio de vida ou que estão a cargo da família diminuiu. Por sua vez, regista-se um aumento do número de pessoas com a reforma/pensão, com o subsídio de desemprego e com o rendimento mínimo garantido.

Relativamente ao setor de atividade no concelho de Matosinhos, o mais representativo é o setor terciário. O setor primário é residual, tendo apenas alguma visibilidade na freguesia de Lavra.

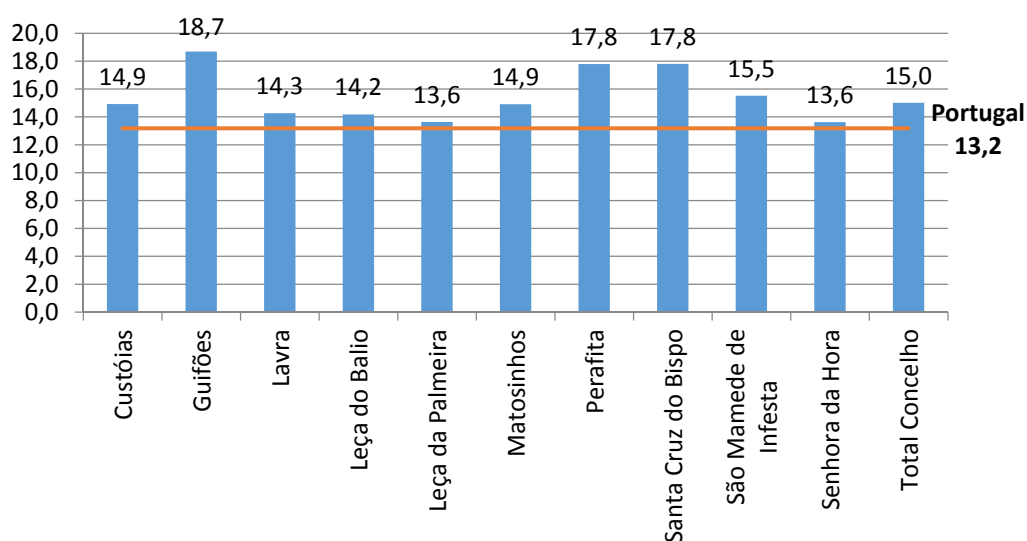


**POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE EM QUE ESTÃO EMPREGADOS, NO CONCELHO DE MATOSINHOS, POR FREGUESIA, EM 2011**

À data dos censos de 2011 existiam em Matosinhos 13 267 desempregados, o que corresponde a uma Taxa de Desemprego de 15%.

As freguesias com as taxas mais elevadas são Guifões (18,7%), Perafita (17,8%) e Santa Cruz do Bispo (17,8%), enquanto as freguesias com valores mais baixos são Leça da Palmeira e Senhora da Hora, ambas com 13,6%.

Todas as freguesias encontram-se acima da taxa média nacional (13,2%)

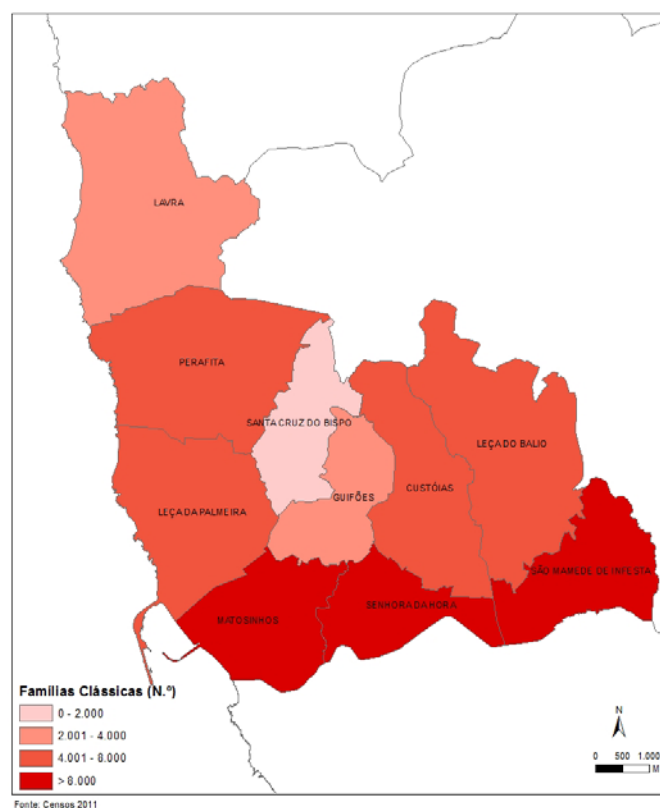


Fonte: Censos 2011, INE

#### TAXA DE DESEMPREGO (%) EM PORTUGAL E NO CONCELHO DE MATOSINHOS, POR FREGUESIA, EM 2011

Entre 2001 e 2011, o número de famílias clássicas aumentou nas freguesias de Matosinhos.

O número de famílias clássicas é maior nas freguesias de Matosinhos (11 794 famílias), Senhora da Hora (10 513 famílias) e São Mamede de Infesta (9 059 famílias). Em Santa Cruz do Bispo regista-se o menor valor (1839 famílias).



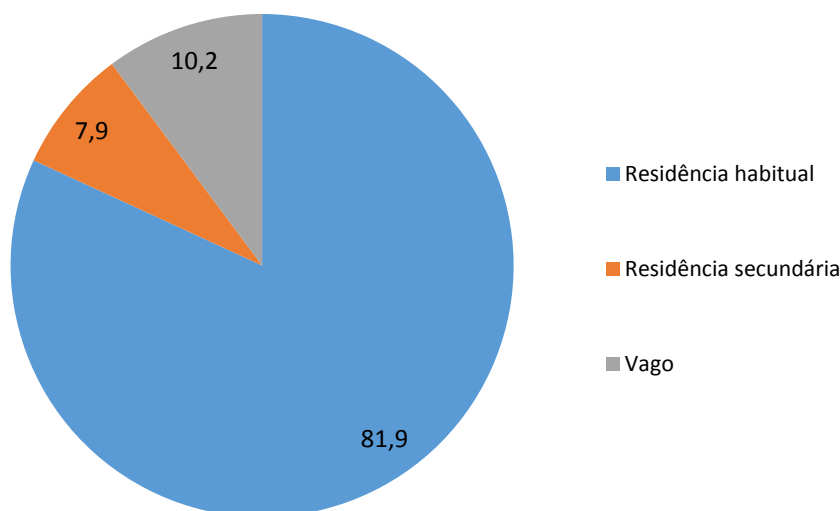
#### FAMÍLIAS CLÁSSICAS (N.º) NO CONCELHO DE MATOSINHOS, POR FREGUESIA, EM 2011



Matosinhos apresenta um total de 82 235 alojamentos, sendo que maioritariamente são alojamentos familiares clássicos (99,8%).

Relativamente a 2001, os alojamentos familiares clássicos apresentam no concelho um aumento de 14980 alojamentos. Em todas as freguesias regista-se uma evolução positiva.

Os alojamentos familiares de residência habitual prevalecem em Matosinhos (67 258 alojamentos).

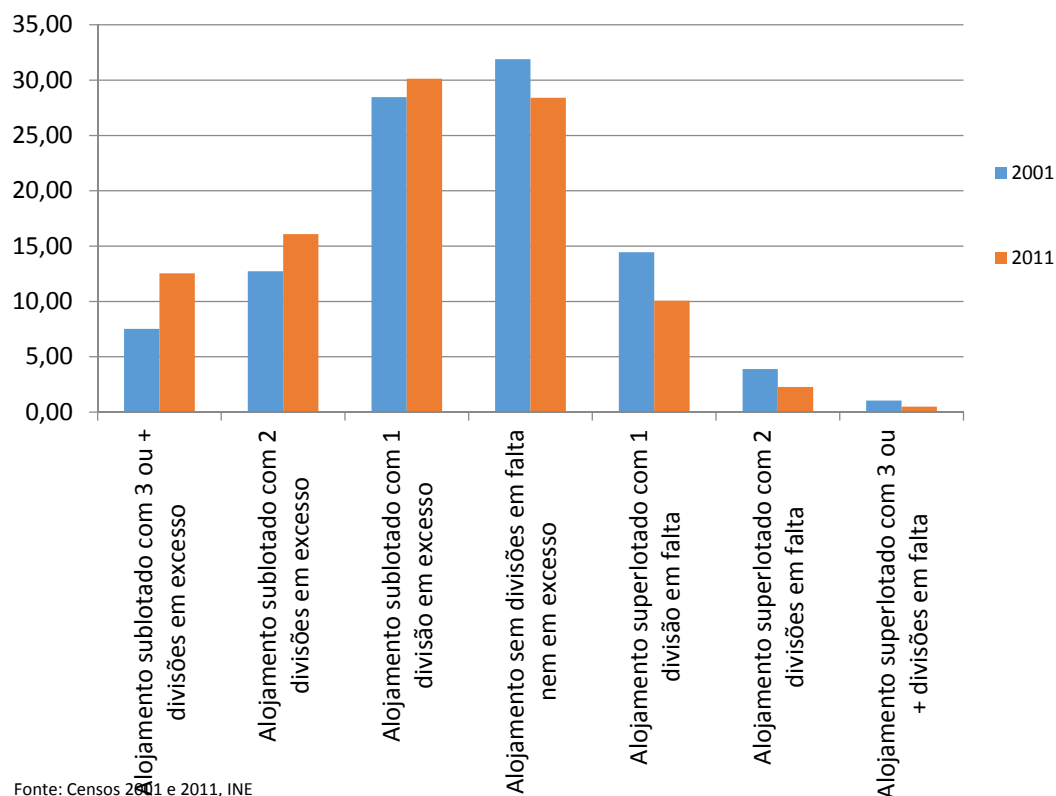


Fonte: Censos 2011, INE

#### ALOJAMENTOS FAMILIARES (%) NO CONCELHO DE MATOSINHOS, SEGUNDO A FORMA DE OCUPAÇÃO, EM 2011

Por outro lado, os alojamentos familiares vagos representam 10,2% do total de alojamentos familiares do concelho, sendo que estão em maior número nas freguesias de São Mamede de Infesta (1 522 alojamentos vagos – 12,4%), Matosinhos (1 471 alojamentos vagos – 9,8%) e Leça da Palmeira (1 282 alojamentos vagos – 13,6%).

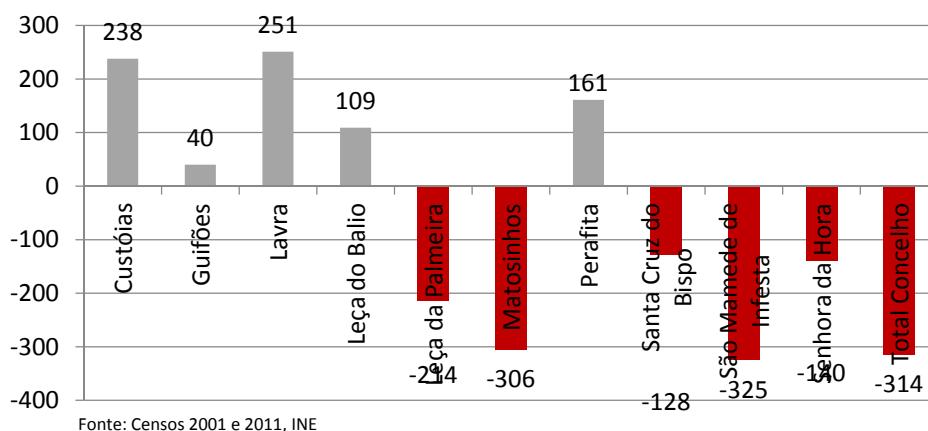
No concelho de Matosinhos, entre 2001 e 2011, os alojamentos sublotados sofreram um aumento e os alojamentos superlotados registaram um decréscimo. O número de alojamentos sem divisões em falta ou excesso também diminuiu.



#### ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL (%), SEGUNDO A LOTAÇÃO, NO CONCELHO DE MATOSINHOS, EM 2001

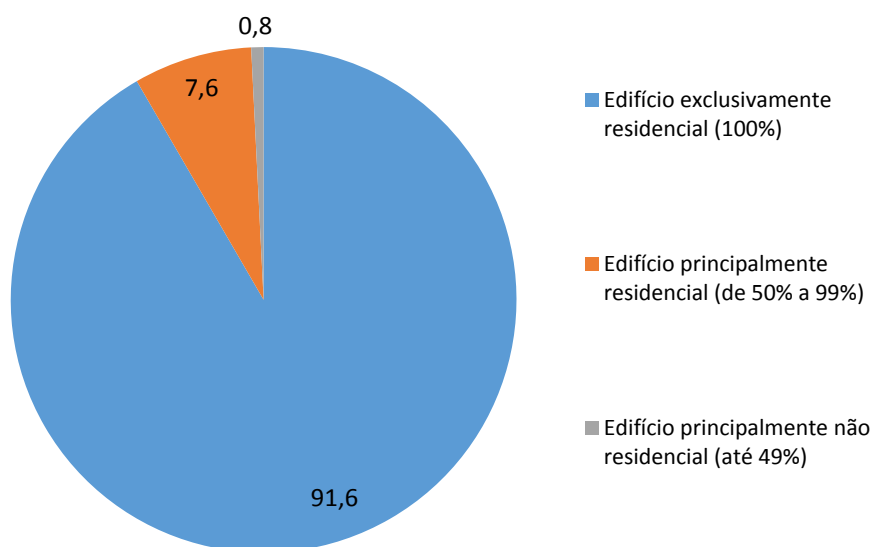
Matosinhos regista em todo o concelho 33 389 edifícios clássicos, dos quais 31,9% são geminados, 26% em banda e 23,9% isolados.

O número de edifícios no concelho diminuiu, relativamente a 2001, apesar de nem todas as freguesias registarem uma evolução negativa.



#### DIFERENÇA DO TOTAL DE EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (N.º) NO CONCELHO DE MATOSINHOS, POR FREGUESIA, ENTRE 2001 E 2011

No concelho prevalecem os edifícios clássicos exclusivamente residenciais, com uma percentagem de 91,6%.

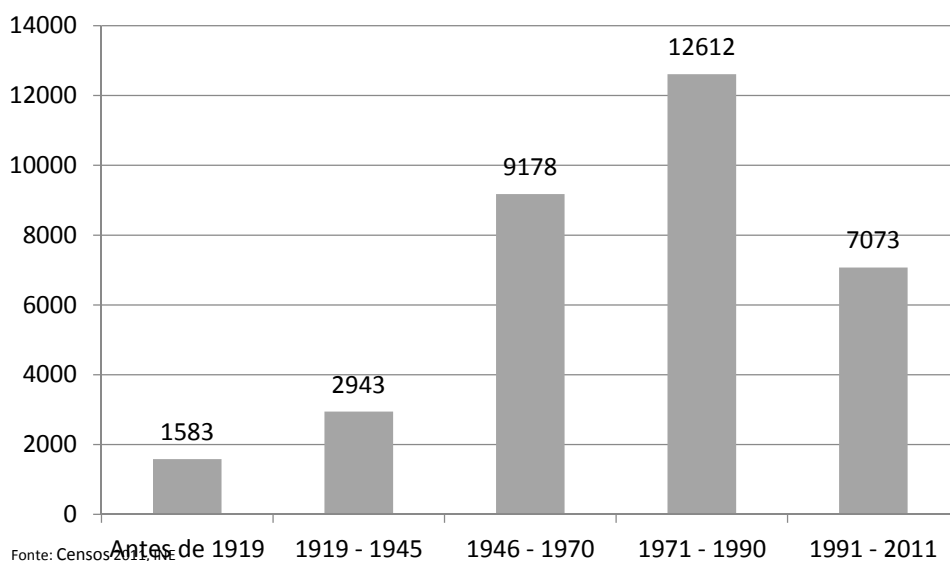


Fonte: Censos 2011, INE

#### EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (N.º) NO CONCELHO DE MATOSINHOS, SEGUNDO O TIPO DE UTILIZAÇÃO, EM 2011

Do total de edifícios clássicos presentes no concelho de Matosinhos, a maioria (37,2%) correspondem a edifícios construídos entre 1971 e 1990.

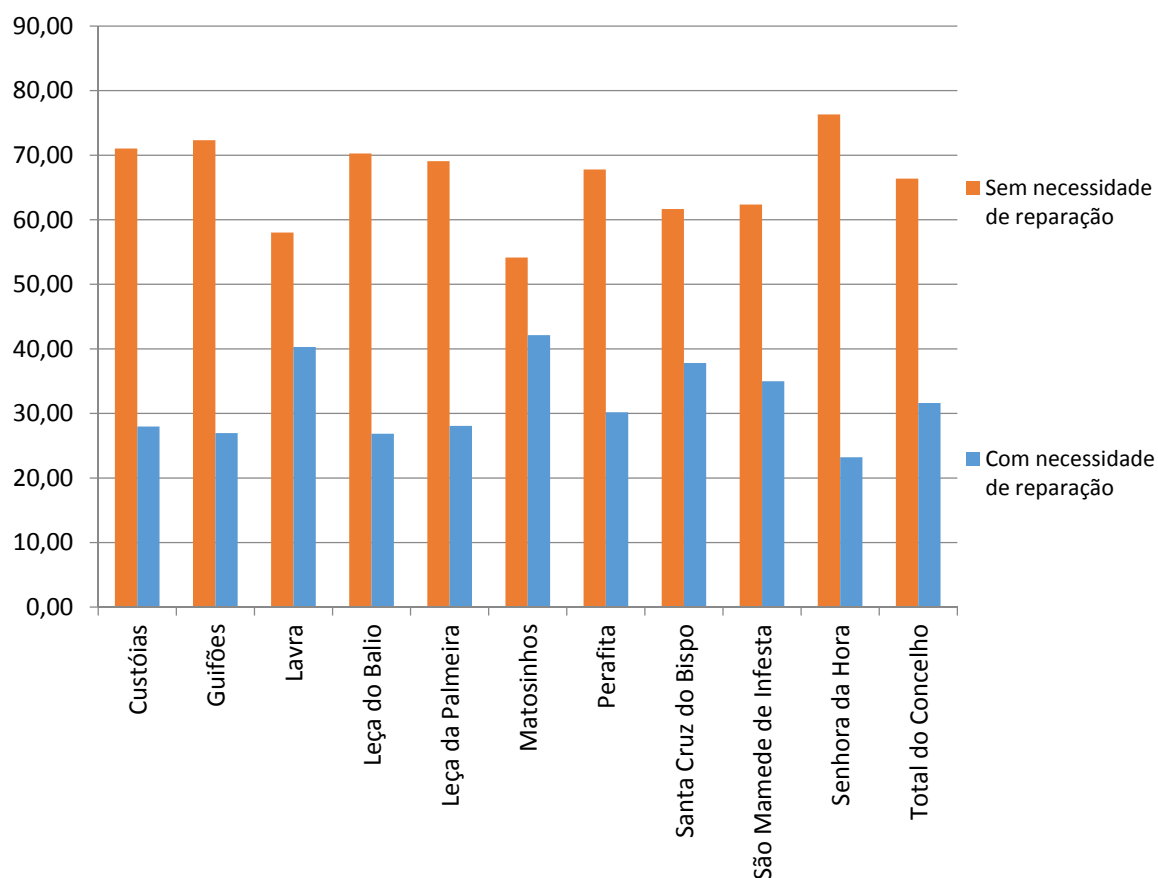
Os edifícios mais recentes (entre 1991 e 2011) representam 21,2% do total de edifícios clássicos e os mais antigos (antes de 1919) têm um peso de 4,7% no total de edifícios.



#### EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (N.º) NO CONCELHO DE MATOSINHOS, SEGUNDO A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO, EM 2011



Grande parte dos alojamentos do concelho de Matosinhos não tem necessidade de reparação (66,37%). No entanto, as freguesias de Matosinhos (42,12%) e Lavra (40,30%) registam os valores mais altos de alojamentos com necessidades de reparação.



Fonte: Censos 2011, INE

EDIFÍCIOS (%), SEGUNDO O ESTADO DE CONSERVAÇÃO, NO CONCELHO DE MATOSINHOS, POR FREGUESIAS, EM 2011

## **2.2 – A Câmara Municipal de Matosinhos**

### **Missão**

A Câmara Municipal de Matosinhos tem por missão a prestação de um serviço público de qualidade baseado no planeamento, coordenação e gestão eficiente dos recursos municipais e no princípio da participação ativa dos munícipes, orientado para o desenvolvimento económico e social, para a melhoria da qualidade de vida e segurança dos cidadãos que residem, estudam e trabalham no município, para o desenvolvimento coerente e equilibrado do território, para a preservação da herança e património histórico e para a prosperidade sustentada de longo prazo.



### **Visão**

A visão, da qual emana a estratégia de desenvolvimento do concelho de Matosinhos, consigna alguns princípios:

- 1 – Ativar a cidadania;
- 2 – Melhorar a qualidade de vida do concelho;
- 3 – Promover o desenvolvimento económico;
- 4 – Concretizar projetos estruturantes para o município;
- 5 – Assegurar a sustentabilidade financeira;
- 6 - Potenciar as novas tecnologias nos processos municipais e intermunicipais
- 7 - Desenvolver o capital humano;
- 8 - Garantir a boa gestão dos processos com vista à melhoria contínua dos serviços.

### **Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Matosinhos**

Em sessão ordinária de 27 de dezembro de 2012, a Assembleia Municipal de Matosinhos, sob proposta da Câmara Municipal de 18 de dezembro de 2012, aprovou a estrutura e organização dos serviços do Município de Matosinhos, a qual define o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas e regulamenta a organização dos serviços municipais da Câmara Municipal de Matosinhos.



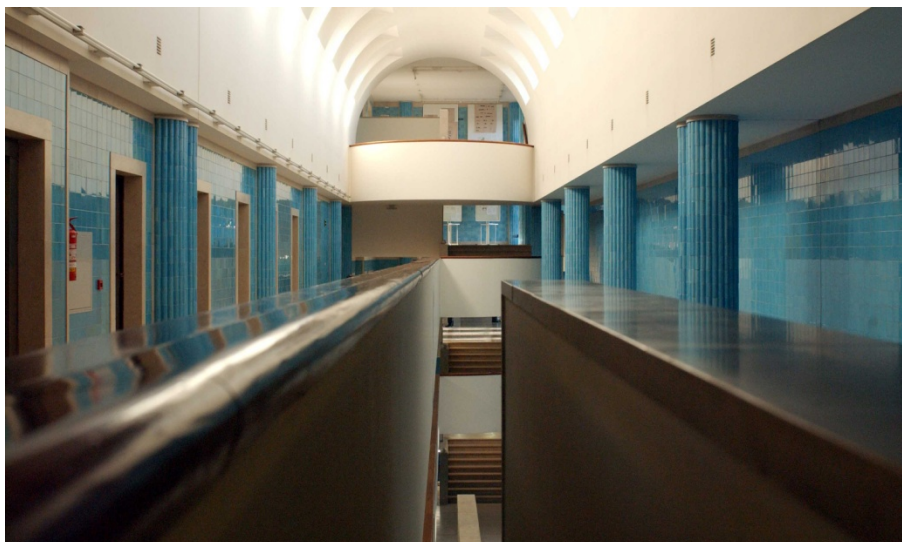
A Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Matosinhos visa dotar a Autarquia do instrumento de gestão adequado na organização e funcionamento dos seus Serviços, bem como ao atual contexto de crise económica que o país atravessa, indo ao encontro das imposições previstas na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Nele são previstas as condições necessárias para um correto cumprimento do seu quadro de atribuições, respeitando a prossecução do interesse público e indo ao encontro dos superiores interesses, anseios e necessidades dos munícipes.

Para além da fixação do número de unidades orgânicas em função das restrições aos cargos dirigentes impostas na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e da aplicação dos mecanismos de



flexibilidade previstos do artigo 21.º daquele diploma, define ainda as competências, áreas, requisitos de recrutamento, período de experiência profissional, bem como a respetiva remuneração dos cargos de direção intermédia de 3.º grau.



### **Estrutura Hierarquizada**

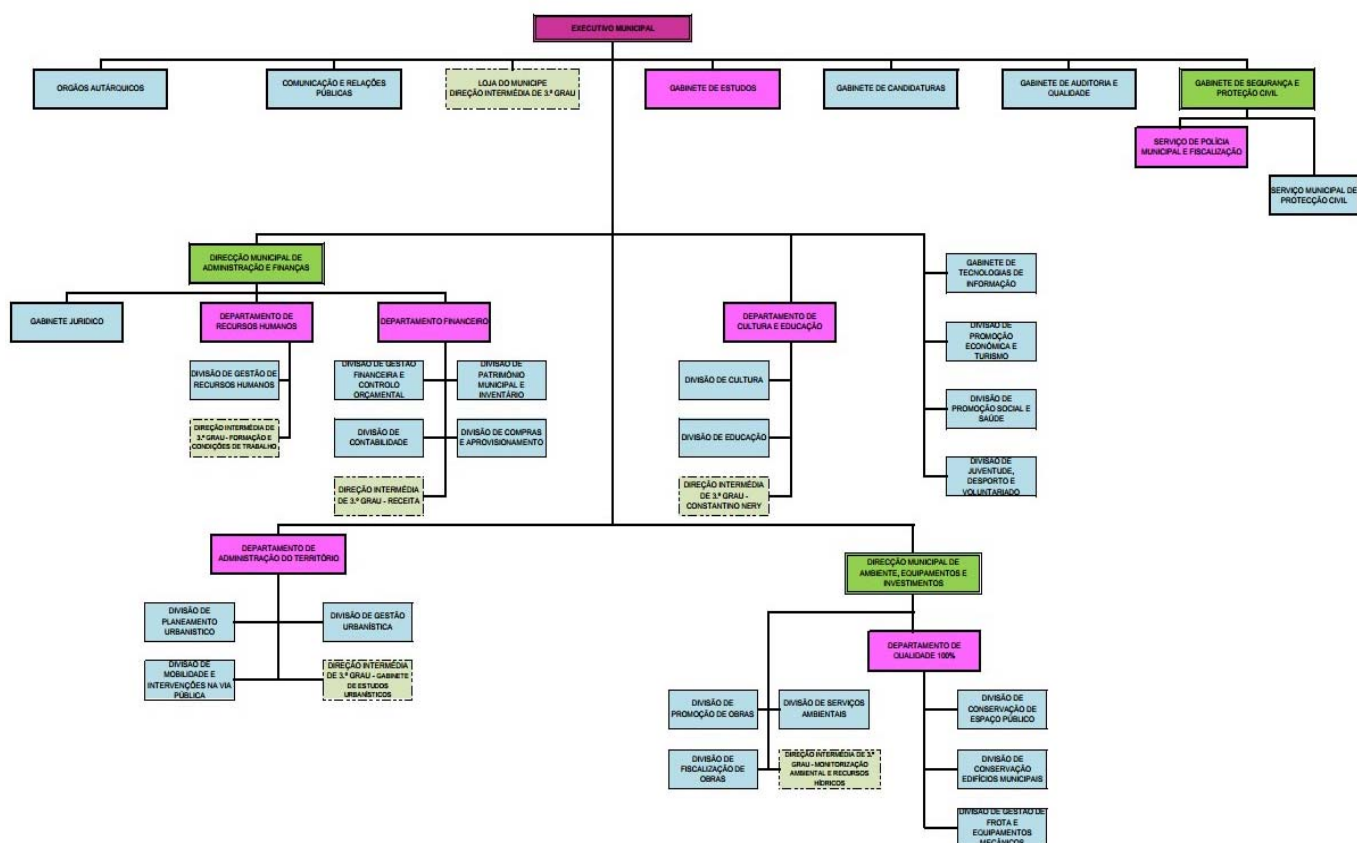
1. A organização interna dos serviços municipais do Município de Matosinhos obedece ao modelo de estrutura hierarquizada.
2. A estrutura interna hierarquizada é constituída por unidades orgânicas nucleares e flexíveis.
3. A estrutura nuclear do serviço é composta por direções e departamentos municipais, correspondendo sempre a uma departamentalização fixa. (Poderão considerar-se ainda divisões municipais/ direções intermédias de 3º Grau, desde que dependentes diretamente da Administração).
4. A estrutura flexível é composta por unidades orgânicas flexíveis, dirigidas por um chefe de divisão municipal/ direção intermédia de 3º Grau, as quais são criadas, alteradas e extintas por deliberação da câmara municipal, que define as respetivas competências, cabendo ao Presidente da Câmara a afetação ou reafetação do pessoal do respetivo mapa, de acordo com o limite previamente fixado.
5. A criação, alteração ou extinção de unidades orgânicas no âmbito da estrutura flexível visa assegurar a permanente adequação do serviço às necessidades de funcionamento e de otimização dos recursos, tendo em conta a programação e o controlo criteriosos dos custos e resultados.
6. Podem ser criadas, no âmbito das unidades orgânicas, por despacho do Presidente da Câmara e dentro dos limites fixados pela assembleia municipal, subunidades orgânicas coordenadas por um coordenador técnico.

## Estrutura Nuclear

O Município de Matosinhos estrutura-se em torno de unidades orgânicas nucleares, composta por Direções Municipais, Departamentos Municipais e ainda Divisões Municipais e Direções Intermédias de 3º Grau (dependentes diretamente da Administração).

## Unidades Orgânicas Flexíveis

A estrutura flexível do município composta por unidades orgânicas flexíveis, integradas nos respetivos Departamentos, corresponde às seguintes divisões municipais/direções intermédias de 3º Grau.



### 3 – Envolvimento do Município em Parcerias Supramunicipais

#### 3.1 Associação Transfronteiriça do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

O [Eixo Atlântico do Noroeste](#)

[Peninsular](#) é uma associação

transfronteiriça composta, por

34 cidades membros, sendo 17

do Norte de Portugal (Barcelos,

Braga, Bragança, Chaves,

Guimarães, Macedo de

Cavaleiros, Matosinhos,

Mirandela, Paredes, Penafiel,

Peso da Régua, Porto, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia e Vila Real) e 17 da Galiza (Corunha, Carbalho, Ferrol, Lalín, Lugo, Monforte de Lemos, Narón, O Barco de Valdeorras, O Carballiño, Ourense, Pontevedra, Riveira, Santiago de Compostela, Sarrea, Verín, Vigo e Vilagarcia de Arosa).



Tem como objetivo fundamental o desenvolvimento económico, social, cultural, científico e tecnológico das cidades e regiões que lhe pertencem.

Estas 34 Cidades configuram o sistema urbano da Euro-região Norte Portugal-Galiza e pretendem contribuir para o desenvolvimento do seu espaço regional, através da sua cooperação. Pretende-se através desta união reforçar os seus interesses junto da U.E. obtendo, assim, mais apoios para projetos que ajudassem no desenvolvimento das suas cidades e regiões.

O objetivo principal desta Associação é a coesão e a estruturação do seu sistema urbano, assim como a contribuição para a modernização das suas cidades, mediante o desenvolvimento de programas em

rede, que contam com a cooperação, o intercâmbio de informação e o planeamento estratégico conjunto.



A Associação constitui também um grupo de pressão para a consecução dos seus objetivos, tanto no que se refere ao diálogo com os governos, para promover os investimentos no território, como na procura de financiamento para a materialização das estratégias que os órgãos políticos estabelecem. Neste contexto existem vários seminários temáticos que permitem, por um lado, a troca de experiências e a cooperação de esforços, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável das regiões e por outro lado, a orientação dos seus membros quanto ao financiamento necessário para alcançarem os seus objetivos, através dos Quadros de Fundos Comunitários.

Os seus trabalhos e reivindicações desenvolvem-se em diversos campos de ação: Infraestruturas, Telecomunicações, Política e Bem-estar social, Proteção e Promoção do Meio Ambiente, Turismo, movimentos Migratórios e mercados de Trabalho, promoção de todo o tipo de Atividades Económicas, Sociais, Culturais e Desportivas que liguem as raízes e a identidade dos membros.

As atividades futuras do Eixo estão organizadas em Programas orientados para áreas como o Turismo, captação de Investimento, Mobilidade sustentável, Inovação, Agendas Digitais, Educação, Transportes, Juventude, entre outras.



As iniciativas são baseadas na estratégia “Europa 2020”, através do desenvolvimento dos três pilares que a configuram: o crescimento sustentável; o crescimento inovador e o crescimento Inclusivo.

Prende-se um crescimento sustentável assente na coesão social e na eficiência ambiental e económica.

Neste âmbito foram colocados à disposição dos municípios da Euroregião Galiza-Norte de Portugal, alguns instrumentos produzidos com a finalidade de disponibilizar métodos e orientações importantes na concretização de determinados projetos, tais como o guia metodológico para a elaboração da Agenda 21 Local; O Relatório da Sustentabilidade da Euroregião, o estudo das dinâmicas dos usos do solo na Euroregião; o plano de mobilidade alternativa e a redação das bases para a elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável para os territórios da Galiza e do Norte de Portugal; disponibilização de ferramentas importantes para a consecução dos objetivos estabelecidos no Pacto dos Autarcas.



No Eixo Atlântico, o crescimento inovador e inteligente procura-se através da colocação em prática da Agenda Local Digital. Esta iniciativa visa desenvolver a sociedade da informação nos municípios, de forma mais eficaz e eficiente contribuindo para, entre outras: melhor o aproveitamento das atuais estratégias digitais de âmbito territorial; facilitar o estabelecimento de mecanismos de coordenação entre as diferentes entidades locais para o intercâmbio de experiências; promover a cultura da



solidariedade digital e a prestação conjunta de serviços, bem como para o melhor aproveitamento das possíveis fontes de financiamento externas nesta área.

E com tudo isto, conseguir finalmente que as cidades do Eixo Atlântico se convertam em “Cidades Inteligentes”.

No que diz respeito ao crescimento integrador, a Comissão assinala como objetivo garantir a coesão económica, social e territorial. Neste sentido, e para consolidar o território como uma unidade integrada e integradora, o Eixo Atlântico leva a cabo uma série de atividades destinadas a criar o sentimento de cidadania eurorregional, enquadradas nos três âmbitos que atuam como motores do território: o desporto (Jogos do Eixo), a cultura (Nova Bienal de Pintura) e a educação.

Exemplo disso são os Jogos do Eixo Atlântico que reúnem a cada dois anos mais de 1500 jovens das 34 cidades que integram a associação para a prática desportiva, procurando fomentar não só a convivência, mas também a ética no desporto. Os Jogos concretizaram-se em 2011 em Matosinhos na sua IX edição.



A participação nos programas realizados pelo Eixo Atlântico, permite à Câmara Municipal de Matosinhos uma análise precisa das oportunidades a considerar para um desenvolvimento sustentável do nosso território.

Desde 2013 o Município de Matosinhos está presente na Comissão Executiva do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular após a eleição para o cargo do Presidente da Câmara Dr. Guilherme Pinto.

### **3.2 – Fórum Europeu de Segurança Urbana**

Compreendendo a segurança como uma atividade multidisciplinar, englobando os domínios de polícia propriamente ditos, as questões sociais e o planeamento urbanístico, considera-se que as Autarquias locais, detêm um papel privilegiado no diagnóstico das necessidades de intervenção nesta matéria, bem como na definição das estratégias que melhor se adequam às necessidades locais. São como tal, pilares fundamentais na congregação dos recursos e sinergias locais para o diagnóstico, compreensão e intervenção no domínio da prevenção e segurança urbana.

Assim o FOPPSU, através dos seus associados, (Autarquias), para além de ter um papel de intervenção imediato, deverá ser um espaço que possibilite equacionar e influenciar as políticas e medidas de âmbito nacionais no domínio da segurança urbana.



A criação do Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana (FOPPSU), estrutura associada do Fórum Europeu da Segurança Urbana (FESU), foi como tal, um passo decisivo para dotar as autarquias locais dos meios que, desenvolvidos em parceria de cooperação inter-municipal, permitirão o levantamento, análise e estudo das situações urbanas em matéria de segurança; a definição de estratégias de prevenção e atuação face aos atuais fenómenos da insegurança e violência urbanas, bem como a organização e coordenação de atividades de cooperação, nacional e internacional, na área da segurança urbana.

«As cidades ajudam as cidades» este é o princípio de base do FOPPSU, bem como dos diversos fóruns que se constituíram pela Europa. Pretende-se que este fórum funcione como lugar de reflexão, cooperação e formação, congregando esforços de municípios que o constituem. Este organismo intermunicipal visa com apoio na reflexão dos problemas comuns da insegurança criar as condições para implementar medidas de prevenção dessa mesma insegurança nas cidades, de combate ao crime e de inserção social.

Com a constituição do FOPPSU, os municípios portugueses passarão a contar com um espaço de discussão de problemas, como a mobilidade ou a imigração, e de divulgação de informação entre autarquias, assim podemos dizer que o objetivo principal é debater e conjugar vontades para preparar o poder local para enfrentar as situações de insegurança, com um conhecimento realista e profundos, facilitando assim a implementação de medidas de prevenção tão necessárias.



Com isto procura-se partilhar conhecimentos e, simultaneamente, ter voz ativa e unificada para os transmitir aos órgãos governativos e desta forma encontrar ações conjugadas, que tenham efeitos, não só em Portugal mas em toda a Europa.

Atualmente é Presidente do Fórum Europeu de Segurança Urbana o Dr. Guilherme Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos.



## **4 – A Sustentabilidade do Município de Matosinhos**

### **4.1 – Performance Financeira**

Pretende-se, neste capítulo, uma análise à performance financeira da Câmara Municipal de Matosinhos durante o ano de 2013 no que respeita à receita, despesa, dívida do Município e a apresentação de alguns indicadores de gestão.

#### **4.1.1 – Receita**

O valor total da receita arrecadada, 102.146.361,21 euros, inclui as reposições não abatidas aos pagamentos, ao qual se deverá acrescentar o saldo de tesouraria que transitou do ano anterior, 4.904.455,27 euros, para obter o valor total de fundos então disponibilizados nesse ano de 107.050.816,48 euros.

Tomando como referência este valor, podemos constatar uma taxa de execução do orçamento inicial e do orçamento final de 78,4% e 78,6% respetivamente.

Numa primeira análise, a ideia central que se infere, estabelece uma proporção maioritária para a receita própria, 57,6%, contra os 42,4% da receita alheia. Relativamente à primeira, poderemos ainda dizer que esta é explicada sobretudo pela receita fiscal, a qual representa 83,27% do seu valor total, havendo lugar a um remanescente de 16,73%, receita não fiscal, aonde predominam a venda de bens e serviços e em parte os rendimentos de propriedade.

#### **4.1.2 – Despesa**

No que respeita agora à execução orçamental, o seu valor foi de 98.465.018,74 euros, o qual traduziu uma taxa de execução de 72,3%, se tomarmos como referência o orçamento final.

Sendo a Despesa Global (98.465.018,74 euros) inferior em 3.681.342,47 euros à receita efetivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 8.419.312,69 euros, o saldo transitado para a gerência seguinte será de 12.177.540,77 euros. Este saldo poder-se-á decompor em 8.585.797,74 euros como saldo de operações orçamentais e 3.591.743,03 euros como saldo de operações de tesouraria.



#### 4.1.3 – Evolução da Situação Económica e Financeira

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património da autarquia à data de encerramento de um exercício, dando a conhecer, por um lado, o Ativo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Através da análise da estrutura do **Ativo**, podemos constatar que houve uma diminuição do peso relativo do Ativo Fixo, influenciada pela diminuição do peso dos Bens de Domínio Público (de 14,8% para 14%), e um aumento do peso do Ativo Circulante, influenciado pelo aumento das Disponibilidades e dos Acréscimos e Diferimentos.

No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, notamos uma diminuição do peso das Provisões e, em especial, das Dívidas de Curto Prazo, que se traduziu, em 2013, numa redução do seu valor em cerca de 6,2 milhões de euros. Já os Acréscimos e Diferimentos e as Dívidas a Médio e Longo Prazo viram o seu peso aumentar, sendo aqui importante realçar que, no ano 2013, à semelhança dos anos anteriores, a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2014, no montante de 4.026.727,78 euros, foi inserida, em termos de Balanço, nas dívidas a terceiros de curto prazo. No que toca às Provisões para Riscos e Encargos, verificou-se a redução neste agregado em 3.490.950,06 euros relativos a processos judiciais em tramitação suscetíveis de originar dívida.

Já a estrutura dos **Fundos Próprios** representa no final do exercício 454.560.911,86 euros, sendo que 93,6% deste valor corresponde ao Património do Município. Também, dentro deste agregado, e ao contrário do que ocorreu em 2012, verifica-se um aumento do contributo dos Resultados Líquidos do Exercício, de -3,2% para 0,7%, que praticamente não influenciou o seu valor total face a 2012 devido à diminuição do peso do Património e dos Resultados Transitados.

#### 4.1.4 – Análise e Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

(Un: Euros)

---

Descrição	2012	2013		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor %
<b>CUSTOS E PERDAS</b>					
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	650.344,56	0,6	594.328,78	0,6	-56.015,78 -8,6
Fornecimentos e Serviços Externos	23.608.176,62	21,4	22.682.202,94	23,4	-925.973,68 -3,9
Custos com o Pessoal	28.721.514,98	26,1	29.567.608,57	30,6	846.093,59 2,9
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	7.918.096,74	7,2	9.127.108,09	9,4	1.209.011,35 15,3
Amortizações do Exercício	24.647.928,76	22,4	25.224.651,42	26,1	576.722,66 2,3
Provisões do Exercício	15.563.224,35	14,1	0,00	0,0	-15.563.224,35 -100,0
Outros Custos Operacionais	158.285,26	0,1	128.719,48	0,1	-29.565,78 -18,7
<b>(A) Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>101.267.571,27</b>	<b>91,9</b>	<b>87.324.619,28</b>	<b>90,3</b>	<b>-13.942.951,99 -13,8</b>
Custos e Perdas Financeiros	1.580.777,42	1,4	831.377,64	0,9	-749.399,78 -47,4
<b>(C) Custos e Perdas Correntes</b>	<b>102.848.348,69</b>	<b>93,4</b>	<b>88.155.996,92</b>	<b>91,1</b>	<b>-14.692.351,77 -14,3</b>
Custos e Perdas Extraordinários	7.319.750,91	6,6	8.599.702,16	8,9	1.279.951,25 17,5
<b>Total dos Custos e Perdas</b>	<b>110.168.099,60</b>	<b>100,0</b>	<b>96.755.699,08</b>	<b>100,0</b>	<b>-13.412.400,52 -12,2</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>					
Vendas e Prestações de Serviços	4.812.844,80	5,0	4.663.101,94	4,7	-149.742,86 -3,1
Impostos e Taxas	54.054.952,64	56,5	47.749.439,98	47,8	-6.305.512,66 -11,7
Variação de Produção	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00 0,0
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00 0,0
Proveitos Suplementares	0,00	0,0	294,31	0,0	294,31 0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	25.593.038,51	26,8	26.269.308,20	26,3	676.269,69 2,6
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	2.000.000,00	2,1	2.100.349,46	2,1	100.349,46 5,0
<b>(B) Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>86.460.835,95</b>	<b>90,4</b>	<b>80.782.493,89</b>	<b>80,8</b>	<b>-5.678.342,06 -6,6</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	603.535,00	0,6	491.048,02	0,5	-112.486,98 -18,6
<b>(D) Proveitos e Ganhos Correntes</b>	<b>87.064.370,95</b>	<b>91,1</b>	<b>81.273.541,91</b>	<b>81,3</b>	<b>-5.790.829,04 -6,7</b>
Proveitos e Ganhos Extraordinários	8.528.510,90	8,9	18.688.305,31	18,7	10.159.794,41 119,1
<b>Total dos Proveitos e Ganhos</b>	<b>95.592.881,85</b>	<b>100,0</b>	<b>99.961.847,22</b>	<b>100,0</b>	<b>4.368.965,37 4,6</b>
<b>Resultados Operacionais: (B) - (A)</b>	<b>-14.806.735,32</b>		<b>-6.542.125,39</b>		<b>8.264.609,93</b>
<b>Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)</b>	<b>-977.242,42</b>		<b>-340.329,62</b>		<b>636.912,80</b>
<b>Resultados Correntes: (D) - (C)</b>	<b>-15.783.977,74</b>		<b>-6.882.455,01</b>		<b>8.901.522,73</b>
<b>Resultados Extraordinários:</b>	<b>1.208.759,99</b>		<b>10.088.603,15</b>		<b>8.879.843,16</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)</b>	<b>-14.575.217,75</b>		<b>3.206.148,14</b>		<b>17.781.365,89</b>

#### 4.1.5 – Evolução da dívida e do serviço da dívida

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar da receita efetiva se ter mantido, à semelhança do ano anterior, acima dos 100 milhões de euros, o recurso ao crédito tem-se relevado uma importante estratégia para fazer face às despesas de investimento do nosso município.

##### Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2010	2011	2013	2013
1- Dívida de Médio Longo Prazo no início do período	44.729.072,68	42.047.221,74	46.834.400,59	45.504.340,02
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	2.992.748,38	9.456.255,80	4.313.825,40	634.116,49
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	5.674.599,32	4.669.076,95	5.643.885,97	5.335.213,96
5 - Retificação de anos anteriores	74.778,75	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida no final do período (1+2+3+4)</b>	<b>42.047.221,74</b>	<b>46.834.400,59</b>	<b>45.504.340,02</b>	<b>40.803.242,55</b>
<b>Taxa de Crescimento da Dívida</b>	<b>-5,9%</b>	<b>11,4%</b>	<b>-2,8%</b>	<b>-10,3%</b>

Evolução do Serviço da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2010	2011	2012	2013
Juros	284.899,76	470.558,80	742.462,30	527.977,65
Amortizações	5.674.599,32	4.669.076,95	5.643.885,97	5.335.213,96
<b>Total</b>	<b>5.959.499,08</b>	<b>5.139.635,75</b>	<b>6.386.348,27</b>	<b>5.863.191,61</b>
<b>Taxa de Crescimento</b>	<b>0,6%</b>	<b>-13,8%</b>	<b>24,3%</b>	<b>-8,2%</b>

Capacidade de Endividamento

(Un: Euros)

Capacidade Endividamento LFL	Valor
1 - Receitas Arrecadas em 2012 (A)	57.266.296,88
2 - Endividamento Líquido Total	-38.629.005,11
3 - Limite de Endividamento Líquido Municipal = 125% x A	71.582.871,10
4 - Endividamento Bancário de Médio e Longo Prazo	17.030.645,86
5 - Limite de Endividamento Bancário = A	57.266.296,88
<b>6 - Capacidade de Endividamento Líquido (3-2)</b>	<b>110.211.876,21</b>
<b>7 - Capacidade de Endividamento Bancário (5-4)</b>	<b>40.235.651,02</b>
<b>8 - Índice da Capacidade de Endividamento Líquido (6/3)</b>	<b>153,96%</b>
<b>9 - Índice da Capacidade de Endividamento Bancário (7/5)</b>	<b>70,26%</b>

Analisando o **Endividamento Líquido Total** à luz da Lei das Finanças Locais, em vigor em 2013, podemos constatar que o valor de -38.629.005,11 euros, calculado pela diferença, como vimos anteriormente, entre o somatório dos Passivos e o somatório dos Ativos, é inferior ao Limite de Endividamento Líquido Municipal, , no montante de 71.582.871,10 euros, em 110.211.876,21 euros. Isto significa que o município não só não utilizou a sua capacidade de endividamento (71.582.871,10 euros), como ainda tem por utilizar o montante de 40.235.651,02 euros.

Já no **Endividamento Bancário** de médio e longo prazo, o montante de 17.030.645,86 euros representa o capital em dívida em 31 de dezembro de 2013 dos empréstimos não excecionados, do município e das entidades referidas no Quadro n.º 27. Assim, podemos concluir que, no final de 2013, o município dispunha de um índice de Capacidade de Endividamento Bancário de 70,26%, ou seja, do Limite de Endividamento Bancário de 57.266.296,88 euros apenas se utilizou cerca de 30%, ou seja 17.030.645,86 euros.

#### 4.1.6 – Indicadores de gestão de natureza orçamental

Neste capítulo apresenta-se uma visão global da receita e da despesa, e da sua evolução ao longo dos últimos 3 anos, através de indicadores, estabelecendo relações de grandeza entre ambas.

Indicadores da Estrutura da Receita	2011	2012	2013
Receitas Próprias / Receita Total	50,2%	52,4%	54,9%
Impostos Locais (1)/ Receita Total	35,5%	38,5%	35,2%
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,2%	0,0%	0,0%
Transferências / Receita Total	40,5%	39,0%	37,3%
Passivos Financeiros / Receita Total	9,2%	5,6%	2,9%

(1) Impostos Locais: Imposto Municipal s/ Imóveis, Imposto Municipal s/  
Veículos, Imposto Municipal  
s/ Trans. de Imóveis, Derrama, Contribuição Autárquica, Imposto  
Municipal de SISA



Pela leitura do quadro acima podemos constatar que, ao contrário da receita total que sofreu um decréscimo em cerca de 5,9%, entre 2012 e 2013, o peso relativo das receitas próprias aumentou, de 52,4% para 54,9%. Por outro lado, o peso dos impostos locais na receita total diminuiu devido à variação negativa do Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosas de Imóveis, da Derrama e do Imposto Municipal sobre Imóveis. Já o rácio relativo aos passivos financeiros (utilizações de capital) assistiu a um decréscimo de 2,7 p.p.; no entanto, este indicador deverá ser lido conjuntamente com os Passivos Financeiros da Despesa, já que uma parte daqueles, os relativos ao empréstimo de curto prazo contratado em 2013, foram anulados, decorrente da amortização integral desse empréstimo. Desta forma, este rácio apresentaria o valor de 0,6%. As transferências também viram o seu peso diminuir devido à variação negativa da componente capital.

<b>Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Receita Total / Despesa Total	98,0%	104,5%	108,7%

Por outro lado, a análise do quadro acima, permite-nos constatar que, à semelhança do sucedido em 2012, as receitas totais arrecadas foram superiores às despesas pagas, o que faz com que transite para a gerência seguinte, em termos orçamentais, o montante de 8.585.797,74 euros, superior ao montante transitado de 2011 para 2012 (4.904.455,27 euros).

Outro facto interessante é que, nos três anos em análise, as receitas correntes excederam as despesas correntes, dando origem à já analisada Poupança Corrente. Adicionalmente, convirá fazer menção que, em 2013, as receitas de capital cifraram-se em cerca de 53% do valor das despesas de capital.

Os passivos financeiros da receita, isto é, o recurso ao endividamento, decresceu cerca de 2,6 p.p. no total das despesas, variação semelhante à que existe relativamente ao total das receitas, e que deverá ser interpretado da mesma forma.

O peso relativo dos impostos locais no total de despesas assistiu a um decréscimo de 1,9 p.p., entre 2012 e 2013, pelas razões atrás indicadas. Mas, apesar de tudo, podemos constatar que 59,7% de toda a despesa é suportada por receitas próprias da autarquia sendo que 38,3% da despesa total é assegurada por impostos locais.

#### 4.1.7 – Indicadores de gestão de natureza patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 14% do ativo total do Município) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro abaixo, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.



Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, podemos ver que ela não se terá alterado muito entre 2012 e 2013, tendo-se no entanto assistido a um ligeiro aumento do peso do ativo circulante, em detrimento do ativo fixo, no total do ativo, o que determinou que o peso do ativo fixo sobre o circulante tenha passado de 1264,7% em 2012 para 1159,3% em 2013, ou seja, o ativo fixo é agora 11,6 vezes superior ao circulante, quando em 2012 era 12,6 vezes superior.

No que se refere à estrutura do passivo, à semelhança do que ocorreu em 2012, passivo de curto prazo perdeu peso no passivo total. Já o passivo de longo prazo viu o seu peso aumentar ligeiramente em 0,4 pontos percentuais.

No entanto, em termos de variação face a 2012, tanto o passivo de curto prazo como o passivo de longo prazo, sentiram uma redução de 31,7% e 2,0% respetivamente, o que pode ser constatado nos rácios referentes à análise do passivo exigível: enquanto que o coeficiente de endividamento de curto prazo passou de 4,3% para 2,9%, o de médio e longo prazo também sofreu uma diminuição, de 9,0% para 8,8%.

Indicadores	2012	2013
<b>Estrutura do Ativo</b>		
Ativo fixo / Ativo Total	92,7%	92,1%
Ativo Circulante / Ativo Total	7,3%	7,9%
Ativo Fixo / Ativo Circulante	1264,7%	1159,3%
<b>Estrutura do Passivo</b>		
Passivo longo prazo / Passivo Total	18,0%	18,4%
Passivo curto prazo / Passivo Total	8,6%	6,1%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	210,2%	301,6%
<b>Análise do Ativo Fixo</b>		
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	1548,0%	1541,3%
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	28,5%	31,3%
<b>Análise do Passivo Exigível</b>		
- Coeficiente de endividamento a curto prazo		
Dívida de curto prazo / Património Líquido	4,3%	2,9%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo		
Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	9,0%	8,8%
<b>Índices de Liquidez</b>		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	43,2%	91,5%
Ativo circulante / Exigível a curto prazo	257,3%	401,0%
<b>Índice de Solvência</b>		
Dívidas a terceiros / Ativo total	8,8%	8,0%

O ativo fixo constitui basicamente o investimento direto da autarquia, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. Ao compararmos o ativo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, verificamos que o primeiro supera o segundo quinze vezes, o que significa que apenas cerca de um quinze avos do imobilizado avaliado está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo. Este indicador representa a garantia, em bens, da autarquia aos seus financiadores. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 14% do imobilizado avaliado da autarquia são bens de domínio público. Portanto este indicador de solvência deverá ser encarado como meramente indicativo.



Ainda dentro da análise do ativo fixo, podemos verificar que o coeficiente de envelhecimento do imobilizado, medido pelo peso das amortizações acumuladas sobre o imobilizado bruto, passou, de 2012 para 2013, de 28,5% para 31,3%. Haverá, portanto, que ter alguma atenção nesta matéria, já que se o aumento das amortizações acumuladas for superior ao aumento do imobilizado bruto, a tendência será para o seu envelhecimento.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, podemos verificar que a diminuição da dívida exigível a curto prazo de 2012 para 2013, conjugada com o aumento do montante de disponibilidades fez com que o primeiro rácio passasse de 43,2% para 91,5%. Também no segundo verificamos um aumento do rácio de 257,3% para 401,0% resultante do aumento do ativo circulante e da diminuição do montante da dívida exigível a curto prazo de 2012 para 2013.

Finalmente, da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva da autarquia: de facto, o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total é de apenas 8,0%.

## **4.2 – Performance Ambiental**

O Município desenvolveu o Projeto “Sistema de Gestão e Informação Ambiental dos Espaços Classificados do Concelho de Matosinhos”, que tem como objetivo reunir e produzir dados para uma matriz de indicadores de qualidade ambiental e servir de fundamento para planos e projetos de valorização de espaços classificadas. O projeto era composto por duas componentes, uma infraestrutural e outra imaterial.

A componente infraestrutural correspondeu a intervenções conservativas em Espaços RAN e REN, consistindo na valorização e conservação de espaços naturais nomeadamente a reabilitação ambiental e paisagística do Parque de S. Brás, do Parque das Austrálias e do Parque de Picoutos. No Parque das Austrálias e no Parque de Picoutos executaram-se hortas Biológicas e espaços de lazer que estão já a ser usufruídos pela população e no Parque de S. Brás recuperou-se uma antiga quinta para servir de base para ações de educação para a sustentabilidade.

A componente imaterial correspondeu ao desenvolvimento do “Sistema de Gestão e Informação Ambiental dos Espaços Classificados do Concelho de Matosinhos”, ou seja a Matriz Ambiental do concelho. A Matriz Ambiental está sustentada em sistemas de monitorização ambiental assentes em tecnologias avançadas, que permitem obter resultados em tempo real, dos equipamentos de monitorização instalados em vários pontos do concelho. Os resultados estão compilados num portal na base tecnológica do Sistema de Informação Geográfica (SIG) Municipal e são divulgados através do portal do Sistema de Gestão e Informação Ambiental dos Espaços Classificados do Concelho de Matosinhos, disponível através da página de internet do Município (<http://web2.cm-matosinhos.pt/sgam/>).



### **4.2.1 – Energia**

No âmbito da adesão ao Pacto de Autarcas, elaborou-se o Plano de Ação para a Energia Sustentável de Matosinhos, o qual resultará na redução de 21% das emissões de CO<sub>2</sub> do Concelho através da implementação de um conjunto de medidas de iniciativa municipal, privada ou em parceria. Essas medidas centram-se na promoção da eficiência no consumo de energia e na integração de energias renováveis de pequena escala no território do concelho.



As ações e medidas propostas no Plano de ação para as Energias Sustentáveis de Matosinhos enquadram-se essencialmente nos setores de Edifícios, Equipamentos e Indústrias; Transportes; Produção local de eletricidade; Aquecimento/Arrefecimento urbano local; Planeamento da ocupação do solo; Contratos públicos para produtos e serviços e Trabalho com cidadãos e partes interessadas.

O Plano de Ação para a Energia Sustentável de Matosinhos está aprovado e disponibilizado publicamente no *website* do Pacto de Autarcas (<http://www.pactodeautarcas.eu/>).



Em parceria com a Agência da Energia do Porto, comemoram-se a Semana da Energia e do Ambiente e a Semana da Mobilidade, efetuando-se várias atividades, desde sessões de esclarecimento acerca dos transportes públicos, concursos como a “Corrida a Velocidade do Sol” ou jogos intermunicipais como o “mobipaper”.

#### 4.2.2 – Água

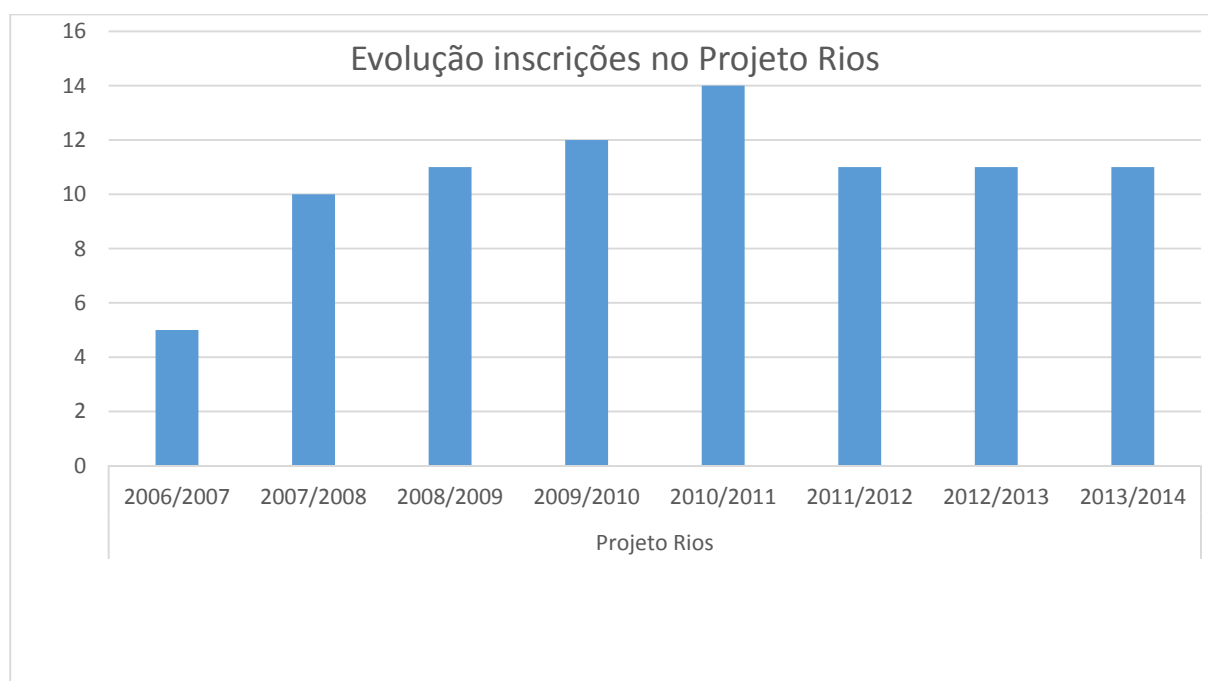
A exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de recolha, tratamento e drenagem de águas residuais do concelho foram concessionadas à firma “Indaqua Matosinhos – Gestão de águas de Matosinhos, S.A, a partir de 1 de Março de 2008. A taxa de cobertura das necessidades dos consumidores é de 100%. Anualmente é realizado um programa de controlo de qualidade da água distribuída (PCQA), efetuando colheitas regulares em pontos estratégicos do sistema de abastecimento de água, com base no disposto no artigo 14º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto. No âmbito da concessão é também realizada uma intervenção na comunidade com projetos de responsabilidade social de que é exemplo o programa de educação ambiental dirigida aos mais jovens o projeto “Uma aventura em estado líquido”. A água é o principal tema do programa trabalhada em quatro áreas distintas: ciclo urbano da água; qualidade da água para consumo humano; água virtual (quantidade de água necessária para produzir um alimento ou bem de consumo); poupança de água.



Ao nível da educação para a sustentabilidade na temática da água a autarquia dinamiza no concelho o “Projeto Rios” que visa a adoção e monitorização de um troço de 500 metros de um rio ou ribeira do concelho. Este projeto promove a sensibilização da sociedade civil para os problemas e premente necessidade de proteção e valorização dos ecossistemas ribeirinhos, fomenta e incentiva processos



participativos e reforça, nos grupos sociais, a vontade de contribuir para a sustentabilidade local e reabilitação dos sistemas fluviais. No Projeto Rios estão adotados 11 troços no concelho que envolvem cerca de 200 alunos, professores e auxiliares de educação em ações de monitorização, preservação, limpeza, divulgação e melhoria dos rios e ribeiras do concelho.



Existem no concelho 2 estações fixas de monitorização da qualidade da água que dispõem de um sistema de gestão de recolha de amostra ao qual se encontra associado um controlador multiparamétrico de 6 sondas. A instalação permite, efetuar análises horárias, avaliar a contaminação da linha de água e intensificar a fiscalização no terreno. Também é possível avaliar a evolução da qualidade da água ao longo do tempo, sendo o sistema complementado por equipamentos de medição portáteis adquiridos.

Matosinhos é um concelho voltado para o oceano Atlântico com 16 praias identificadas como águas balneares de acordo com a legislação em vigor. O Programa Bandeira Azul para praias e marinas é desenvolvido pela Fundação para a Educação Ambiental (FEE), uma organização não-governamental e sem fins lucrativos.

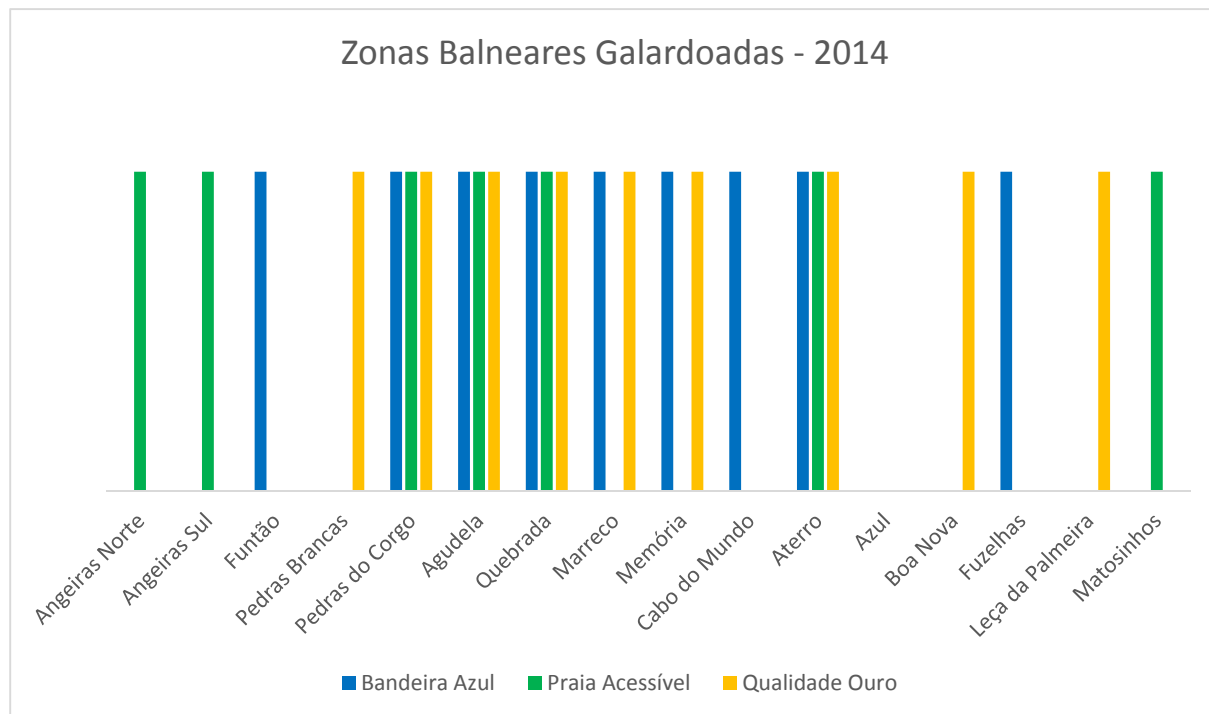
Este Programa tem como fundamento promover o desenvolvimento sustentável em áreas costeiras, fluviais e lacustres a partir do desafio aos responsáveis e gestores de praias locais para alcançar padrões de excelência num conjunto de critérios que envolvem a educação ambiental, a qualidade da água banhar, a gestão da Praia, serviços e segurança. O objetivo é tornar possível a coexistência do desenvolvimento do turismo a par do respeito pelo ambiente local, regional e nacional. Ostentam este galardão 70% das praias do concelho.

O Projeto Praia Acessível - Praia para Todos teve início em 2004, desenvolvendo-se no âmbito de uma parceria institucional que reúne o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., e o Turismo de Portugal, I.P. Matosinhos dispõe de 7 praias classificadas como acessíveis todas dotadas com cadeiras anfíbias. As condições de cumprimento obrigatório que determinam a atribuição da classificação de "acessível" a uma zona banhar, permitindo o hastear do respetivo galardão, são:

- Acesso pedonal fácil e livre de obstáculos, a partir da via pública envolvente;
- Estacionamento ordenado e com lugares reservados para viaturas ao serviço das pessoas com deficiência;
- Acesso pedonal, através de percurso acessível, até à zona de banhos de sol e o mais próximo possível da zona de banhos (caso existam desníveis, os degraus terão de ser complementados por rampas suaves e/ou meios mecânicos acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada);
- Passadeiras sobre o areal, sempre que este exista, e, nos restantes casos, um percurso pavimentado, firme e contínuo;
- Instalações Sanitárias adaptadas, servidas por um percurso acessível;
- Posto de Primeiros Socorros acessível, servido por um percurso acessível;
- Existência de Nadador Salvador.

No início de todas as épocas balneares, a Quercus atribui a classificação de 'Praias com qualidade de ouro' às zonas balneares do país com melhores resultados em termos de qualidade de água. Matosinhos classifica 9 Praias com esta distinção.

Anualmente é desenvolvido um programa de educação para a sustentabilidade que é reforçado na época balnear com ações de sensibilização e diversas oficinas que se realizam nas várias zonas balneares do concelho.



#### 4.2.3 – Resíduos

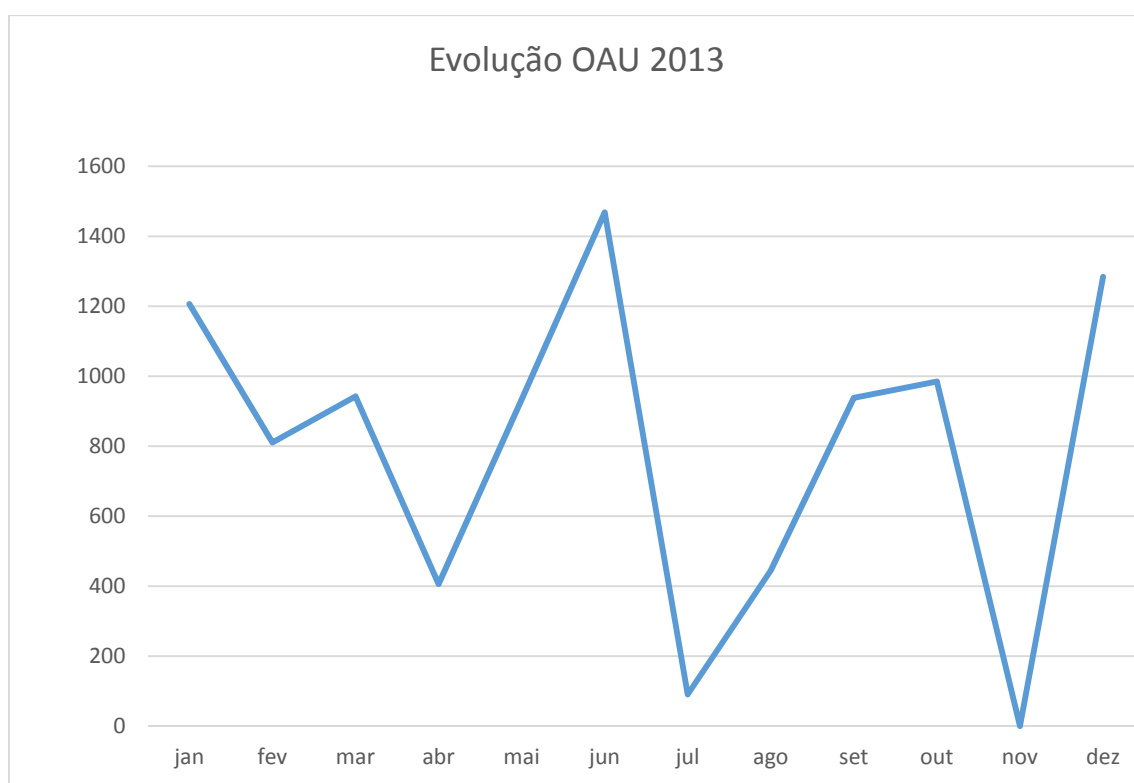
Os Resíduos Sólidos Urbanos constituem um dos grandes problemas das sociedades modernas, sendo a sua gestão um dos aspetos mais preocupantes. A recolha de resíduos no concelho é realizada essencialmente por duas concessionárias, a “VerdeVista – O verde a perder de vista” e a Suma-Matosinhos SA. A câmara tem apostado na sensibilização ambiental de modo a que todos os munícipes possam participar e contribuir ativamente na reciclagem.



O concelho dispõe de um serviço gratuito de recolha de resíduos orgânicos produzidos em restaurantes, cantinas, frutarias ou outros grandes produtores de resíduos orgânicos. Esta recolha pode funcionar de duas formas: recolha semanal ou pontual. Estes resíduos orgânicos permitem produzir um adubo de excelente qualidade, muito benéfico para os solos carenciados.

No concelho está implementada uma Rede de Recolha Seletiva de Óleos Alimentares Usados (OAU). Este projeto é resultado de uma parceria entre o Município, a LIPOR e a EGI – Gestão de Resíduos. A EGI – Gestão de Resíduos é a entidade responsável pela recolha e valorização dos óleos alimentares usados, assim como pela manutenção e limpeza dos oleões (contentores para deposição dos óleos alimentares usados).

Com esta estratégia pretende-se garantir a existência de equipamento adequado (oleões) para deposição de OAU, de acordo com as exigências do DL nº 267/2009 de 29 de Setembro; envolver os Cidadãos na correta deposição destes resíduos; sensibilizar a população para a adoção das melhores práticas a nível da gestão dos OAU; demonstrar as vantagens da reciclagem dos OAU, nomeadamente na produção de biodiesel, o que permite melhorias a nível de impacto ambiental; garantir um destino final adequado aos OAU e contribuir para o cumprimento dos objetivos da política energética, para a redução das emissões de GEE e para o cumprimento do Protocolo de Quioto.



O município comemora a Semana Europeia da Prevenção na produção de resíduos que anualmente se comemora em Novembro. Neste evento crucial para a promoção na produção de resíduos, ressalvamos o impacto do consumo sobre o meio ambiente e as alterações climáticas.

#### 4.2.4 – Ruído

O Regulamento Geral de Ruído estabelece as normas para a prevenção e controlo da poluição sonora, visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações. É assumido como princípio fundamental que compete ao Estado e demais entidades públicas, em especial às autarquias locais, tomar as medidas adequadas para o controlo e minimização dos incómodos causados pelo ruído resultantes de quaisquer atividades.



A monitorização contínua de ruído ambiente no concelho é realizada por 7 analisadores de ruído. A rede permite conhecer os níveis sonoros ao longo do tempo, de forma a agir sobre situações de incumprimento e atuar proactivamente na prevenção de novos problemas de poluição sonora. Este sistema permite atualizar o mapa de ruído e suportar a elaboração de planos de redução de ruído.

#### 4.2.5 – Qualidade do ar

O Observatório da Qualidade do Ar permite analisar a qualidade do ar e os riscos ambientais associados à poluição atmosférica. Para além das 5 estações fixas existentes no concelho adquiriu-se 1 estação de monitorização portátil que permite validar o modelo matemático de suporte à criação da Carta da Qualidade do Ar do concelho. A Estação Meteorológica instalada no Parque da Ciência permite uma caracterização do clima cujos dados têm influência no comportamento de componentes como o Ruído e a Qualidade do Ar.

#### 4.2.6 – Espaços verdes

Na manutenção de jardins e parques públicos estão em vigor dois protocolos de cariz social. Um dos protocolos realizado com o CEFPI possibilita a utilização de mão-de-obra deficiente e um outro protocolo com o Ministério da Justiça permite a inclusão de reclusos em regime aberto na manutenção dos espaços verdes em ambos os protocolos é assegurada formação específica e qualificada.

Alguns dos jardins pertencem ao projeto “Jardim ao natural”. O projeto “Jardim ao Natural” tem como objetivo alargar a área de agricultura em modo biológico dos municípios associados e sensibilizar a população para a manutenção de jardins de forma sustentável. Além de promover a biodiversidade, a fertilidade e vida do solo e a saúde da sua horta e jardim, tornando o espaço mais natural, reduz a manutenção necessária no espaço verde, o consumo de água, as emissões e a contaminação pela utilização de pesticidas e fertilizantes químicos tóxicos.





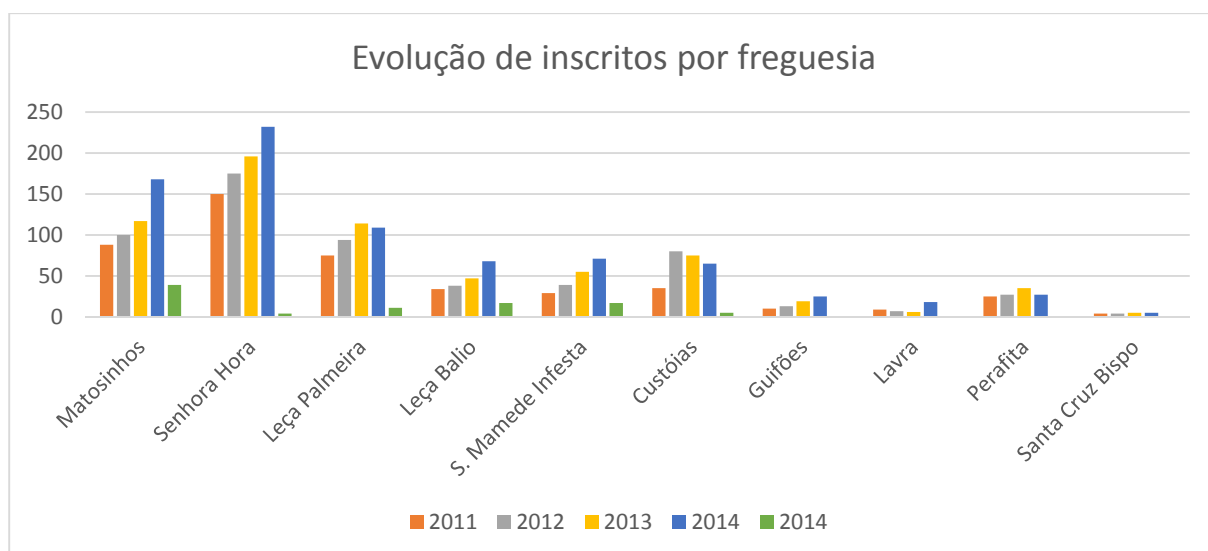
O projeto das “100.000 árvores” na Área Metropolitana do Porto é um esforço planeado e coordenado de várias organizações e cidadãos com o objetivo de criar bosques com espécies autóctones numa área metropolitana que precisa de enriquecer a sua biodiversidade, sequestrar carbono, melhorar a qualidade do ar, proteger os seus solos e contribuir para uma melhor qualidade de vida das pessoas. Ao longo dos últimos 4 anos realizaram-se algumas varias ações de recolha de sementes e plantação, nas margens do Rio Leça, no Parque das Varas, no Parque da Ponte do Carro e no Parque da Ciência. Estas ações são coordenadas pela autarquia e realizadas com voluntários.

O Projeto Horta à Porta visa promover a qualidade de vida da população, através de boas práticas agrícolas, ambientais e sociais. Esta iniciativa passa pela criação de espaços verdes dinâmicos e úteis, promovendo a biodiversidade e as boas práticas agrícolas, através da compostagem caseira e agricultura biológica, mas também pela promoção do contato com a natureza, da qualidade de vida, subsistência e responsabilidade social.



Este projeto tem tido, desde o seu início, em 2006, uma grande adesão por parte dos munícipes do concelho, estando inscritos, no projeto cerca de 800 munícipes.

Este momento estão em funcionamento seis projetos de hortas à porta, com cerca de 200 utilizadores. E iniciar um programa de hortas sociais para apoio a desempregados de longa duração.



#### 4.2.7 – Educação Ambiental

O Município dispõe de quatro infraestruturas de Educação Ambiental, cada uma vocacionada para uma área temática mais específica.

O Parque da Ciência relaciona várias temáticas ambientais sob uma perspetiva sustentável, nomeadamente a interligação entre resíduos, água, energia e conservação da natureza ao longo do ano sob marcação realizam-se aqui várias ações de sensibilização.

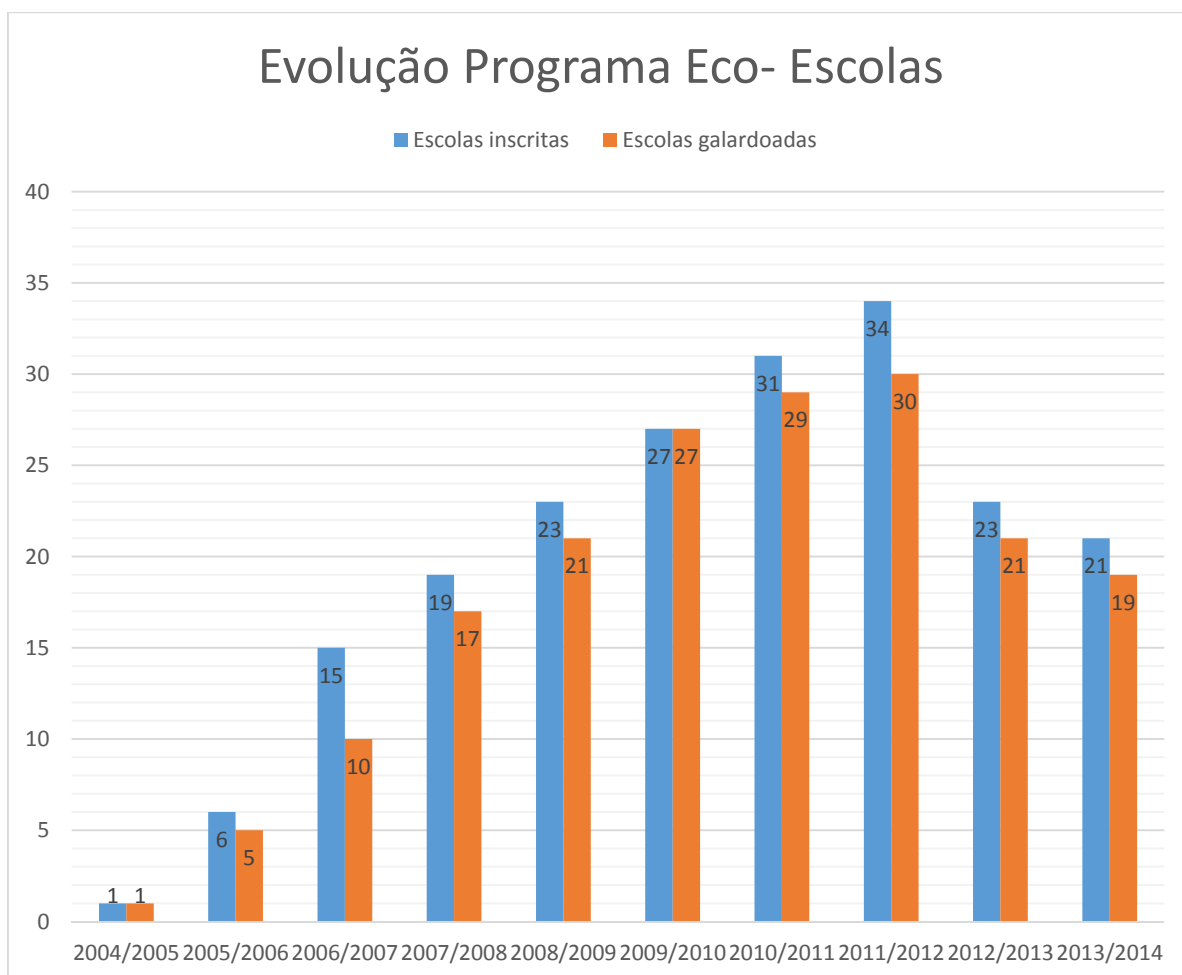


O Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, designado por CMIA, é um espaço vocacionado para atividades de monitorização ambiental e de divulgação científica relacionadas com os ecossistemas aquáticos.

O Parque de Dunas da Praia da Memória tem como finalidade sensibilizar e despertar o interesse dos participantes para os vários elementos do litoral em especial da paisagem dunar, alertando para os erros a evitar nas zonas dunares.

A Escola Ambiental da Mainça, integrada no espaço do Ecocentro da Mainça, promove a temática dos resíduos dando ao visitante a oportunidade de realizar uma visita guiada pelo ecocentro conjugada com uma oficina de reutilização.

Para além dos projetos de educação para a sustentabilidade já referidos dinamiza-se ainda o Programa Eco Escolas que é um programa de educação ambiental que pretende encorajar ações bem como reconhecer e premiar o trabalho desenvolvido pelas escolas na melhoria do seu desempenho ambiental, contribuindo para a implementação de uma Agenda XXI Escolar. A concretização do programa pressupõe que sejam trabalhados os 3 temas-base: Água, Resíduos e Energia e ainda o tema-complementar que é lançado todos os anos, não obstante poderem ser trabalhados outros temas considerados pertinentes. A metodologia geral do Programa Eco Escolas contempla essencialmente 4 fases distintas: inscrição da escola no programa; implementação do programa; candidatura ao galardão e atribuição do galardão.



## **4.3 – Performance Social**

### **4.3.1 Práticas laborais e trabalho condigno**

#### ***Igualdade de Género***

A igualdade entre mulheres e homens é um dos princípios da Constituição Portuguesa explicitado no seu artigo 13º que refere que “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei”. Ainda de acordo com a Constituição, a promoção da igualdade de género é uma das tarefas fundamentais do Estado (Art.º 9º), sendo esta uma responsabilidade dos diferentes níveis da administração pública: central e local.

A igualdade de género é entendida nesta autarquia não como uma questão das mulheres mas como uma “questão da sociedade”, exatamente porque, as discriminações em função do sexo, tantas vezes legitimadas pelas diferenças biológicas e, por isso, naturalizadas, são socialmente geradas.



Assim, foi adotado estrategicamente o conceito de igualdade de género que “significa, por um lado, que todos os seres humanos são livres de desenvolver as suas capacidades pessoais e de fazer opções, independentes dos papéis atribuídos a homens e mulheres e, por outro lado, que os diversos comportamentos, aspirações e necessidades de mulheres e de homens são igualmente considerados e valorizados”.

Orientado por este conceito, a Câmara Municipal de Matosinhos tem vindo a cumprir, a nível local, com alguns dos objetivos definidos os Planos Nacionais para a Igualdade – Cidadania e Género, nomeadamente:

- Promover a formação em Igualdade de Género de dirigentes, chefias, funcionários, funcionárias e agentes da Administração Central e Local, bem como conselheiros e conselheiras para a igualdade e membros das equipas interdepartamentais;
- Dinamizar a realização de ações de sensibilização;
- E, ainda, sensibilizar a Autarquia para a criação e desenvolvimento do Plano Municipal para a Igualdade.





Em 2010, foi realizado um diagnóstico da autarquia de Matosinhos, enquanto entidade empregadora, numa perspetiva de Igualdade de Género. Este Diagnóstico foi elaborado pelo CESIS-Centro de Estudos para a Intervenção Social, com base numa amostra representativa do corpo de pessoal, tendo em conta o sexo e a sua distribuição pelos diferentes departamentos e divisões.

A autarquia possui, desde então, um conhecimento aprofundado sobre os seus recursos humanos em matéria de igualdade de género e conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, fazendo, desta forma, parte de um grupo muito restrito de Autarquias detentoras deste tipo de conhecimento.

No âmbito do Diagnóstico, foram inquiridas 193 pessoas; cerca de 52% homens e 48% mulheres.

A rigorosa caracterização dos respondentes bem a organização/gestão da atividade profissional dos géneros permitiram chegar a um conjunto de conclusões que funcionam como indicadores preciosos para a gestão de recursos humanos, a atividade social dirigida aos funcionários e para a definição de medidas para o futuro.



### ***Gabinete de Apoio Social***

#### ***Percursos profissionais***

Na delineação de percursos profissionais, a valorização que se atribui a determinadas características e/ou atributos contidos no desempenho da profissão é, por demais, pertinente. Na Câmara de Matosinhos, tanto para homens como para mulheres, o empenho / dedicação, os conhecimentos técnicos e a formação profissional são as características / atributos mais valorizados.



As características que a atividade profissional contempla são, em certa medida, valorizadas de forma distinta por homens e mulheres. Não obstante, a responsabilidade foi a característica identificada como sendo a de maior importância, tanto por homens como por mulheres. Importou, também, saber se foram verificadas alterações ao nível da situação / carreira profissional ao longo dos anos de serviço. Assim, mais homens do que mulheres viram a sua situação profissional alterada desde que são funcionários da Câmara. É nosso entender que tal facto pode encontrar fundamento na antiguidade ao serviço por parte dos homens.

Salienta-se, ainda, alguma mobilidade na carreira profissional, principalmente motivada pela progressão na carreira e promoção. Essa alteração na carreira proporcionou, sobretudo, uma melhoria salarial, mas também maiores responsabilidades e maior capacidade de tomada de decisão. Foram, também, questionadas quanto a factores que possam, por um lado, prejudicar e, por outro lado, concorrer para a melhoria da situação profissional. Assim, a deterioração do estado de saúde é identificada como a principal causa de prejuízo da carreira profissional, tanto para os homens como para as mulheres. Não deixa, no entanto, de ser interessante referir que mais homens do que mulheres identificam, também, as responsabilidades familiares como causa de prejuízo. Este dado leva-nos a considerar e a ponderar o peso que as representações sociais relativas às responsabilidades e aos cuidados familiares (ainda) têm, em particular, nos homens.

Os factores que, de acordo com a opinião pessoal, podem concorrer para uma melhoria da situação profissional, são, para os homens, o aumento das competências profissionais e, para as mulheres, o mérito profissional e o empenho / dedicação à organização.

### ***Relações e clima de trabalho***

Boas relações e um clima de trabalho favorável são fatores que conduzem a um maior desempenho profissional. E a Câmara Municipal de Matosinhos acolhe, nesta matéria, uma nota muito positiva: 4/5 dos/as trabalhadores/as avalia o clima de trabalho como sendo muito bom ou bom. Importa, também, referir que, para tal avaliação, em muito contribuem as relações com colegas do mesmo serviço/departamento, as relações com as chefias e as relações com colegas de outros serviços/departamentos.

No entanto, evidencia-se uma estrutura hierárquica estruturada, de certa forma, em função do género, uma vez que cerca de 2/3 das chefias directas de homens são homens bem como 2/3 das chefias directas de mulheres são mulheres. Este é um facto consistente com a designada segregação funcional em função do género – homens a desempenhar profissões masculinizadas chefiados por outros homens e mulheres em profissões feminizadas chefiadas por outras mulheres.

### ***Conciliação da vida profissional e familiar***

Cerca de 2/3 das pessoas (que responderam ao questionário) têm filho/a(s) a residir consigo. Entre as mulheres é mais frequente ter, apenas, um/a filho/a, e entre os homens é mais frequente ter dois/duas filhos/as. Proporcionalmente os homens têm filhos/as mais velhos/as (com idade igual ou superior a 16 anos) e as mulheres filhos/as mais novos/as (até aos 15 anos).

Acresce, ainda, que 1/5 das e dos trabalhadores presta cuidados a pessoas em situação de dependência (na maioria dos casos a pessoas idosas e a doentes crónicos). E essa prestação de cuidados é, geralmente, feita em casa e não adstrita a terceiras pessoas.

No que respeita aos usos do tempo, verificamos que tanto homens como mulheres trabalham, em média e por dia, sensivelmente o mesmo número de horas e despendem sensivelmente o mesmo número de minutos por dia em deslocações entre a casa e o local de trabalho. Mas no que se refere às tarefas domésticas e aos cuidados a filho/a(s), as mulheres despendem, em média e por dia, mais tempo do que os homens; porém, os homens despendem, em média e por dia, mais tempo a cuidar de pessoas em situação de dependência, o que pode ser reflexo da idade (mais velha) dos próprios homens. Assim, se considerarmos conjuntamente trabalho pago e não pago, verificamos que existe uma diferença de cerca de 25 minutos por dia a favor das mulheres. No entanto, essa diferença é substantivamente menos significativa do que a média nacional (13h e 30 minutos por semana a favor das mulheres).

### ***Políticas implementadas desde o Diagnóstico***

Foram formadas até ao momento 70 pessoas, tornando-as agentes de mudança e agentes facilitadores da promoção e efetivação de políticas de igualdade. As ações de formação interna promovidas sobre esta temática específica, abrangeram diferentes públicos, nomeadamente técnicos/as de diferentes Divisões, como Divisão de Promoção Social e Saúde, Divisão de Educação e Formação, Divisão de Promoção Cívica: Juventude e Voluntariado, Divisão de Turismo, Animação e Desporto, Divisão de Formação e Condições de Trabalho, bem como os/as dirigentes de topo, nomeadamente o Presidente da Câmara, Vereadores/as e Diretoras das duas Empresas Municipais.

A partir da formação foi elaborado e está em curso o Plano Municipal de Matosinhos para a Igualdade de Género. Este é um documento de natureza política e de gestão essencial à mudança necessária.

Para além disso, conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2010, de 29/04/2010, publicado no Diário da República 1ª Série, nº 101, de 25/05/2010 e após ter sido publicado em Diário da República o Estatuto das Conselheiras e dos Conselheiros Locais para a Igualdade no dia 25 de Maio de 2010, a Autarquia nomeou a 2 de Novembro de 2010 o seu primeiro Conselheiro Municipal de Matosinhos para a Igualdade. Em Outubro do corrente ano foi nomeada para substituição no cargo a Dra. Lurdes Queirós, enquanto Vereadora da Ação Social, como Conselheira de Matosinhos para a Igualdade.

### **4.3.2 Sociedade**

Há já muitos anos que a Câmara Municipal de Matosinhos assumiu a “Cultura” e a “Educação” como eixos prioritários e identitários da ação municipal, reconhecendo-os como instrumentos privilegiados na sua política de desenvolvimento do território e da comunidade, e - com particular ênfase na Cultura - como fator incontornável na



afirmação, na qualificação e na “visibilidade” da cidade e do concelho. Mais recentemente, de resto, tem havido um aprofundamento muito significativo dessa estratégia e, de um modo muito particular, num posicionamento claramente internacional da marca “Matosinhos” associada à Cultura. Disso são exemplo as recentes candidaturas de Matosinhos a Cidade Criativa da UNESCO, em 2015, e a Capital da Cultura do Eixo Atlântico em 2016, ao mesmo tempo que se alicerçam projetos municipais que vêm recolhendo o reconhecimento e o aplauso além fronteiras, de que são exemplos paradigmáticos a Orquestra de Jazz e o Quarteto de Cordas de Matosinhos.

Com efeito, desde a década de '80 do século XX que a Autarquia de Matosinhos vem desenvolvendo uma intensa política de divulgação e programação cultural, disponibilizando para este setor uma percentagem significativa do seu orçamento, se comparada com a de outros municípios da Área Metropolitana. A aposta na cultura, e numa programação regular, foi entendida desde muito cedo como uma das possibilidades de afirmação de Matosinhos. Vários anos antes de se começar a teorizar (como tem sido particularmente evidentes nestes últimos tempos) a questão e pertinência das “cidades-culturais”, “cidades-criativas” ou “cidades líquidas”, a verdade é que Matosinhos começara já a implementar uma política consciente de que, através desta via, se poderia potencializar também outros setores então igualmente emergentes na dinâmica urbana e social da cidade, de que a restauração é o caso mais paradigmático.

Ora, uma oferta cultural qualificada e diversificada poderia (e deveria) integrar uma estratégia sistémica que incluía forçosamente o “Ensino” (e Matosinhos sempre se pautou entre os municípios pioneiros na requalificação do seu parque escolar e nas novas estratégias da sua gestão – com responsabilidades acrescidas para a Autarquia), mas também outros fatores decisivos e emergentes nas duas últimas décadas do século XX: a restauração e a requalificação urbana (é nesta época que começa igualmente, sob projeto de Siza Vieira, a regeneração dos antigos quarteirões fabris que ocupavam praticamente metade da área da cidade, dando origem ao que hoje conhecemos como Matosinhos-Sul – uma das áreas mais qualificadas, mais procuradas, e das mais jovens da Área Metropolitana do Porto).

A Autarquia prossegue, assim, uma política cultural que se caracteriza pela sua coerência e continuidade, resistindo ao “facilitismo” de agendar unicamente grandes espetáculos e/ou nomes famosos em (apenas alguns) momentos chave do ano. Pelo contrário, a prática e a “agenda” cultural da Câmara Municipal assenta numa programação regular e continuada nas diferentes expressões artísticas de palco (música, teatro, música “erudita”, dança...) além de uma especial atenção, também, às edições, artes plásticas, conferências, iniciativas de valorização do Património e da Memória histórica local (com destaque para um conjunto de recriações históricas que entraram já na “agenda cultural” e da a “animação” da região).



E por isso se investiu na fidelização de um público crítico, exigente e habituado à regularidade da programação. Foi só na sequência da criação de tal público que a Autarquia criou espaços culturais qualificados capazes de responder às suas crescentes necessidades. Espaços que são hoje referência entre os equipamentos culturais da Área Metropolitana. Caso da Biblioteca Municipal Florbela Espanca (inaugurada em 2005), a Galeria Municipal (2005), o Museu Municipal da Quinta de Santiago (regenerado em 2010) ou o Cine Teatro Municipal Constantino Nery (2008). Para 2015 espera-se que a estes espaços se somem os da “Casa da Arquitetura/”Real Vinícola” e do “Centro da Memória de Matosinhos/Palacete de Trevões”.



A importância, qualidade e regularidade da programação cultural de Matosinhos pode ser “medida” por um fator que consideramos muito revelador: o público fidelizado da sua programação extravasa em muito, na sua origem, os limites do concelho.

Embora o último estudo (conduzido pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto) date já de 2005, os dados são concludentes: mais de 60% dos públicos das ofertas culturais da Autarquia de Matosinhos eram exteriores ao concelho. Hoje, e tendo em conta os equipamentos entretanto criados, a percentagem será provavelmente superior.

Tais números demonstram o impacto que a cultura tem como fator de atratividade para a cidade, mas revelam também que, cada vez mais, a lógica da intervenção das Autarquias no espaço metropolitano não deverá ser a de uma abordagem “paroquial”, teoricamente circunscrita às fronteiras do território concelhio, mas, cada vez mais, uma política e uma programação cultural que tenha em conta, no mínimo, o espaço metropolitano, num registo de complementaridade e não de concorrência.



## 4.4 – Serviços prestados ao cidadão

### 4.4.1 Serviços de âmbito social

Num contexto de grave crise socioeconómica que, com o aumento exponencial do desemprego e a diminuição significativa da abrangência das respostas de proteção e apoio social (e.g. subsídio de desemprego, rendimento social de inserção), amplificou e agravou a situação de vulnerabilidade e precariedade entre as e os cidadãos em todo o país, não sendo Matosinhos exceção, e gerando-se um clima comunitário de desesperança, sentiu esta Câmara Municipal, no trabalho de terreno com as instituições parceiras, necessidade de redesenhar o seu plano estratégico de intervenção social.

Assim, a Autarquia manteve a sua habitual orientação para o desenvolvimento de estratégias integradas na comunidade que possibilitem a sua sustentabilidade socioeconómica, com os seguintes objetivos:

- Subsistência e qualidade das estruturas de solidariedade;
- Aumento da qualidade de vida das pessoas.

Todavia, para além disto, criou um plano estratégico de assistência imediata a necessidades básicas de indivíduos e famílias em situação de grave precariedade, com objetivos de garantir a gestão psicossocial de situação crítica e a resposta a necessidades básicas.

Antes de elencarmos as respostas desenvolvidas quer para as situações de Emergência Social, quer para a Promoção da Sustentabilidade Social do concelho, importa esclarecer que a Autarquia, desde há muitos anos, acredita na importância do empoderamento da comunidade, através das suas instituições, associações e munícipes, e, portanto, mais do que assumir para si a responsabilidade de criação de todas as respostas, investe em parcerias estratégicas para criar as melhores respostas para as necessidades da população:

- financiando, cedendo infraestruturas e dando formação a 120 instituições sociais, de acordo com as necessidades da população e das mesmas;
- dinamizando a Rede Social – via Núcleo Executivo e Comissões Sociais de Freguesia;
- realizando Planeamento Estratégico concertado com as instituições parceiras – Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social.

## O que fazemos para a Emergência Social

No sentido de promover a gestão pessoal e familiar de situação crítica

- |   |  |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>■ <b>Atendimento Integrado</b><ul style="list-style-type: none"><li>■ <b>Apoio Psicossocial</b></li></ul></li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>■ <b>Apoio a Cruz-Vermelho para resposta a Violência Doméstica</b><ul style="list-style-type: none"><li>■ Casa Abrigo</li><li>■ Projeto 5 Passos Apartamento de Emergência</li></ul></li></ul> |
| <ul style="list-style-type: none"><li>■ <b>Proteção Civil – equipa psicossocial</b></li></ul>   | <ul style="list-style-type: none"><li>■ <b>Teleassistência</b></li></ul>   |

### Atendimento integrado

Os objetivos gerais do Atendimento Integrado são a criação de respostas sociais de caráter integrado e evitando a sua fragmentação, a otimização de recursos ao nível do atendimento e a redução do tempo de espera entre diagnóstico e resposta ao problema identificado.

### Proteção Civil- equipa psicossocial

Intervir em situação de crise e/ou catástrofe, em território municipal, de forma integrada com o serviço municipal de Proteção civil, de modo a prestar os primeiros socorros emocionais e a assistência psicológica e social necessárias para a recuperação do equilíbrio dos indivíduos que estiveram expostos a um qualquer evento ou agente de stress.

Integradas no Serviço Municipal de Proteção Civil da Autarquia, as equipas de intervenção psicossocial (constituídas por psicólogo/as e assistentes sociais), são ativadas para prestarem apoio psicológico e social a vítimas de incidentes críticos (situações de crise e/ou catástrofe). Podem intervir com vítimas primárias, secundárias e terciárias, reestabelecendo o equilíbrio psicossocial, e sempre que necessário, garantindo a articulação com outros serviços, com referênciação para cuidados especializados de saúde, sociais ou outros.



### Teleassistência

Este serviço de apoio ao cidadão tem como objetivo permitir a comunicação com pessoas de referências em situações de emergência, ajudando a colmatar o sentimento de solidão, aumentando a sensação de segurança e ajudando a contribuir para a congregação de condições que promovam a continuação da vida na residência, retardando a necessidade de institucionalização.

A população alvo deste serviço é o grupo de munícipes com 65 ou mais anos, isolados e com baixos rendimentos, que aderiram ao Cartão Matosinhos Sénior. Quanto ao método, trata-se, sucintamente, da disponibilização gratuita de um aparelho de comunicações em alta voz, que é acionado através de botão portátil.

No sentido de suprir necessidades básicas (alimentação, alojamento, vestuário, saúde...)

- Apoio às instituições para disponibilização de respostas

- Banco de Bens Concelhio

- Programa Municipal de Emergência Social

- Mercado Solidário

- Farmácia Solidária

- Banco de Ajudas Técnicas

### Banco de Bens Concelhio

O Banco de Bens Concelhio visa satisfazer necessidades elementares de segurança e bem-estar de pessoas carenciadas, através da distribuição de produtos doados. Permite apoiar o trabalho das instituições sociais, através da utilização dos bens doados, de modo a que possam canalizar os seus recursos financeiros para áreas mais críticas da sua atividade.

Com a constituição do Banco de Bens Concelhio, as instituições sociais que operam no ciclo do “dar e receber” serão dotadas de uma plataforma digital, onde todos os bens doados no concelho de Matosinhos serão registados. A criação deste Banco, irá possibilitar a divulgação e gestão cooperativa dos recursos doados, a maximização da sua distribuição e consequentemente o benefício dos matosinhenses que deles carecem. Está, neste momento, em fase de implementação.

### **Mercado Solidário**

Este projeto, já em curso, tem por objetivo dotar as instituições sociais (precariedade e Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS) de bens alimentares perecíveis através da recolha junto do/as clientes e operadore/as do mercado de Matosinhos e Angeiras, para distribuir pelas famílias carenciadas do concelho, abrangidas pela sua intervenção.

As Instituições abrangidas são: Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação Matosinhos, Lar de Sant'Ana - Cantina Social, Conferências de São Vicente de Paulo – Associação das Obras Sociais; Lions da Senhora da Hora e outras IPSS do concelho de Matosinhos.

Com o Mercado Solidário há lugar há recolha, junto de clientes e operadores, de doações de bens alimentares perecíveis nos mercados municipais para uso das instituições sociais e distribuição pelas famílias que estas acompanham.

Desde o início do projeto, e até ao momento, Já foram recolhidos 7000kg de alimentos recolhidos entre os mercados de Angeiras e Matosinhos e foram apoiadas mais de 1400 famílias.



### **Plano Municipal de Emergência Social**

Este plano visa apoiar economicamente, a título excecional e temporário, pessoas/famílias carenciadas, nomeadamente no âmbito da habitação, como alavanca para a mudança da sua situação socioeconómica. Para o efeito, realiza-se um levantamento das necessidades, avaliação das situações e atribuição de apoio económico às famílias realizados pela rede do Atendimento Integrado, sendo um Plano financiado pela Área Metropolitana do Porto.

Em 2013 foram disponibilizados 167.126€ a famílias do concelho de Matosinhos.

### **Farmácia Solidária**

Em fase de implementação, este projeto tem como principal objetivo apoiar, ao nível da medicação, a população do concelho que se encontra em situação de vulnerabilidade económica e com problemas de saúde fundamentados em prescrição médica.



Assentando nos princípios da cooperação entre o setor público e o setor privado e da responsabilidade social, a Farmácia Social resulta de uma parceria entre autarquia e farmácias para disponibilização de medicação gratuita a utentes sinalizados pela rede Atendimento Integrado.

Prevê-se que para cada farmácia aderente disponibilize 200€ mensais em medicação, sendo 50€ doados pela farmácia e 150€ disponibilizados pela autarquia.

### **Banco de Ajudas Técnicas**

O Banco de Ajudas Técnicas visa satisfazer necessidades de ajudas técnicas (e.g. cadeiras de rodas, camas articuladas, andarrilhos, etc) de pessoas carenciadas tendo como base a criação de um sistema global de informação partilhado pelos agentes locais.

A gestão de todos os stocks existentes de ajudas técnicas no concelho é feita via plataforma digital, identificando e referenciando o tipo e o número de ajudas técnicas disponível em cada instituição ou serviço, bem como, o levantamento, recuperação da ajuda e devolução à origem, finda a necessidade da mesma.

Neste momento, está em pleno funcionamento a angariação, armazenamento e cedência de ajudas técnicas, estando em fase de implementação a gestão informática do stock.

### **O que fazemos para a Promoção da Sustentabilidade Social**

Há uma aposta crescente em pensar a gestão das cidades através de modelos inteligentes, que tenham planeamento estratégico integrado, otimizem os recursos locais de forma sustentável (construindo o futuro).



Matosinhos vai aderir ao Go Local-Porto uma cidade sustentável - que é um compromisso para o desenvolvimento de práticas sustentáveis e um ranking de cidades nacionais.

A Câmara Municipal de Matosinhos tem vindo progressivamente a adotar esta linha de pensamento, pensando a intervenção com as várias dimensões estratégicas da cidade e com vista ao aumento da qualidade de vida das pessoas e da comunidade.

A intervenção social no Município de Matosinhos centra-se nas pessoas e na comunidade, numa lógica de proximidade, acessibilidade e empoderamento com vista a seis grandes metas:

- Desenvolvimento pessoal, familiar e comunitário;
- Sentido de identidade e pertença;
- Participação ativa e co-construção cidadã;
- Inclusão e valorização da diversidade;
- Coesão social e redes solidárias funcionais;
- Clima comunitário positivo.

Todavia, tratando-se de uma autarquia cujo pensamento estratégico está orientado para a construção de uma Cidade Inteligente, considera-se que a intervenção social não pode deixar de ter preocupações do ponto de vista do desenvolvimento económico, nomeadamente ao nível do aumento de qualificações na comunidade e promoção do emprego, bem como preocupações ambientais, orientadas no sentido da eficiência energética e rentabilização de recursos, ou preocupações ao nível da gestão de infra-estruturas e do espaço público, como sejam a sustentabilidade, eficiência e qualificação das instituições, e a mobilidade e acessibilidade.

Por forma a assegurar a qualidade reflexiva do planeamento e da intervenção social, a Autarquia participa em Fóruns Nacionais e Internacionais:

- ☐ PEPIC - Plataforma de Estudos para a Intervenção em Crise e Catástrofe
- ☐ Área Metropolitana do Porto
- ☐ Plataforma Supraconcelhia do Grande Porto
- ☐ FOPPSU - Fórum Português Para a Prevenção e Segurança Urbana
- ☐ FESU – Fórum Europeu para a Segurança Urbana



Assim, apoiadas nas reflexões e orientações de nível macro e com base no conhecimento e nas necessidades diagnosticadas no terreno, é construído com a Rede Social o Plano de Desenvolvimento Social, que integra outros planos específicos:

- Plano Gerontológico de Matosinhos;
- Plano Municipal da Saúde;
- Plano Municipal da (D)Eficiência e das (In)capacidades;
- Plano Municipal da Infância;
- Plano da Igualdade Género.

Ao longo dos anos, e aproveitando o financiamento comunitário disponível, muitos têm sido os projetos de intervenção social desenvolvidos no concelho, sendo considerado um dos municípios pioneiros nesta matéria, tendo já sido distinguido e premiado por diversas vezes.

Neste momento, para além de alguns projetos que ainda se encontram em fase de candidatura ou elaboração, estão no terreno:

■ **Projetos de desenvolvimento e inclusão**

- Protocolos RSI
- Escolhas – Biquinha em Ação e Siga
- Projeto Go
- Cartão Sénior e Matosinhos Sénior
- Mediação Local
- Apoio a instituições (120)

■ **Projetos de prevenção e resposta em situações de risco**

- Novas Metas
- Equipa Local de Intervenção
- Projeto de Saúde Mental

■ **Promoção de qualificação e empregabilidade**

- CQEP
- Empresas Sociais – Mestre Jardim e Mestre Limpa
- Loja do Emprego

### **Protocolos Rendimento Social de Inserção (RSI)**

Têm por objetivo promover a inserção social e a autonomização socioeconómica de indivíduos beneficiários da medida RSI.

A partir do diagnóstico social da pessoa/família, define-se plano de inserção com medidas específicas de desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais. Por um lado, assegura uma abordagem multidimensional dos problemas e gere os diferentes recursos com vista à inserção, e por outro, assegura integralmente o acompanhamento do percurso de uma pessoa/família via plano de inserção.

No terreno são 720 as famílias acompanhadas por quatro equipas (6 assistentes sociais, 4 educadoras sociais, 2 psicólogas e 6 ajudantes de ação direta).

### **Programa Escolhas – SIGA e Biquinha em Ação**

Na sua essência visa aumentar as competências pessoais, sociais, escolares e profissionais de crianças, jovens e seus familiares, contribuindo para o seu sucesso escolar e integração socioprofissional.

A população alvo deste programa é composta por 185 Crianças e jovens em risco, 180 familiares e 130 pessoas da comunidade dos Conjuntos habitacionais do Seixo e da Biquinha.



Os Projetos promovem atividades de apoio ao estudo; grupo de treino de competências; grupo de pais; acompanhamento individual e workshops para a empregabilidade; gabinete de acompanhamento e orientação vocacional; ateliers técnico-pedagógicos; jogos de futsal; ateliers de dança; espaço livre TIC, cursos, formação e workshops TIC.

### **Cartão Sénior e Matosinhos Sénior**

Os objetivos são promover a inclusão social e o envelhecimento ativo; e ainda retardar o desenvolvimento de perdas de qualidade de vida, associados ao processo de envelhecimento.



Trata-se da disponibilização de serviços e descontos para pessoas idosas inscritas bem como financiamento às instituições para a promoção de atividades de estimulação e socialização.

Os benefícios no terreno são a Teleassistência, o Matosinhos Solidário, e descontos na MatosinhosSport.

São cerca de 12 mil os utentes inscritos neste momento.

### **Mediação Local**

Na sequência do Manifesto de Aubervilliers e Saint-Denis, relativo a Segurança, Democracia e Cidades, assinado por Matosinhos no âmbito do FESU pretende-se envolver ativamente a comunidade na construção de medidas de promoção de segurança urbana, nomeadamente pela:

- auscultação regular da comunidade em observatórios locais;
- nomeação e formação de cidadã/os mediadores para prevenção de conflitos e situações de risco, por grandes áreas de ação.

Este projeto, em fase de implementação é dinamizado por um núcleo transdisciplinar de mediação de conflitos, de cariz mais técnico, a ser disponibilizado pelo município.

### **Saúde Mental**

Destinado a pessoas com vulnerabilidade psíquica e/ou história clínica em saúde mental, este projeto está em fase de articulação e visa reduzir o estigma associado à doença mental e rentabilizar a existência de estruturas existentes na comunidade para potenciar o desenvolvimento de estratégias e competências de resiliência e bem-estar autogerido.

Consiste em formação em diagnóstico e tratamento da depressão para médicos de família do ACES Matosinhos; em formação e sensibilização no âmbito da saúde mental dirigidas ao público em geral;

no desenvolvimento de ações/respostas especializadas para grupos específicos de pessoas com doença ou maior vulnerabilidade psicológica; e ainda em formação em identificação de sinais e referenciação de pessoas com depressão e risco de suicídio junto de parceiros com intervenção de primeira linha na comunidade; Está em fase de articulação entre parceiros.

### **Novas Metas**

Tem por objetivo diminuir comportamentos de risco e minimizar os danos associados ao consumo de substâncias psicoativas bem como melhorar as condições de saúde, condições psicossociais e económicas da população toxicodependente.

É uma resposta de proximidade que desenvolve entre outras ações um programa de substituição opiácea de baixo limiar de exigência; cuidados de saúde e enfermagem; apoio psicossocial e orientação sociocomunitária; ações de informação e distribuição de material informativo e de prevenção.

No terreno, desde 2002 foram abrangidos cerca de 100 toxicodependentes anualmente e 9375 jovens/adultos em contextos recreativos.

### **ELI – Equipa Local de Intervenção (de Matosinhos)**

A ELI pretende garantir a intervenção precoce na infância, através de um conjunto de medidas de apoio integrado, centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, no âmbito da educação, saúde e ação social.

A população alvo é composta por crianças dos 0 aos 6 anos residentes ou integradas em contexto educativo no concelho de Matosinhos, em situação de risco estabelecido, biológico ou ambiental e suas famílias.

Uma equipa multiprofissional (das áreas da medicina, enfermagem, psicologia, terapia ocupacional, terapia da fala, fisioterapia serviço social e educação) desenvolve planos individuais de intervenção precoce, em conjunto com a família e outros agentes educativos, nos contextos de vida da criança (domicílio, ama, creche e jardim de infância), de modo a promover o seu desenvolvimento harmonioso.

A autarquia concorre para esta ação com a disponibilização de uma terapeuta da fala.

A terapeuta integra a equipa multiprofissional, tendo a cargo a avaliação inicial das crianças sinalizadas à ELI com indicação para terapia da fala e a subsequente intervenção.

#### **CQEP – Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional**

O Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional tem na sua génese promover a qualificação escolar e profissional e a inserção no mercado de trabalho.

Destina-se a pessoas com idade igual ou superior a 15 anos ou, independentemente da idade, a frequentar o 9º ano de escolaridade bem como pessoas com deficiência e incapacidade, nomeadamente com surdez.

A sua atividade envolve ações de informação, orientação e encaminhamento de jovens e adultos que procurem ofertas de educação e formação ou visem uma integração qualificada no mercado de emprego; o desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências escolares e profissionais; e ações de integração na vida ativa de pessoas com deficiência e incapacidade, nomeadamente com surdez.

#### **Empresas Sociais – Mestre Jardim e Mestre Limpa**

Estas empresas sociais pretendem facilitar a inserção profissional de indivíduos com características/percursos que dificultem empregabilidade autónoma e ainda garantir a autossustentabilidade da empresa, sem comprometer o seu cariz de economia social, desenvolvendo, continuamente, as competências pessoais sociais e profissionais das e dos trabalhadores. Destinam-se a colaboradores/as que estão ou estavam, aquando a sua contratação, em situação de grande vulnerabilidade social.

A atividade passa pela prestação de serviços de jardinagem, criação e manutenção de espaços verdes e limpeza e manutenção de outros espaços, desenvolvido mediante uma metodologia de desenvolvimento integral dos seus destinatários (vertente de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal e profissional, acompanhamento psicossocial e familiar).



### **Loja do Emprego**

A Loja do Emprego destina-se a apoiar a integração profissional de pessoas desempregadas, através de percursos individuais de orientação / formação / inserção, ajustados aos perfis específicos de cada pessoa.

A Loja de emprego é um espaço de orientação para a procura de emprego. O processo inicia-se com uma entrevista, no qual é feito um balanço de competências, onde se pretende compreender todo o percurso profissional e formativo existente, identificando-se as competências já adquiridas, e a existência de eventuais lacunas ao nível das competências básicas, que se poderiam assumir como obstáculos a uma efetiva inserção no mercado de trabalho. A partir daí é definido, em conjunto, um plano de ação, que abrange a dimensão formativa e a Procura ativa de emprego, nomeadamente, o CV, sites de procura, entre outros.



**Rede Social**  
Matosinhos

### **Com vista à Sustentabilidade e eficiência de serviços/respostas sociais**

1. Rede Social
2. Rede PICPE –Parceria de Instituições de Combate à Precariedade Económica

Esta rede visa garantir que são apoiadas em géneros alimentares todas as pessoas/famílias que necessitam, sem replicações; garantir o apoio de forma mais célere às pessoas/famílias com necessidades; e ainda garantir o acompanhamento técnico de todas as situações apoiadas e a priorização das mesmas.

As entidades da Precariedade Económica regem-se de acordo com um Único Modelo de Funcionamento. Gestão de uma lista única de pessoas/famílias com necessidades de apoio alimentar, em que todas as solicitações, passam por uma avaliação técnica do/as gestor/as do Atendimento Integrado.

3. Plataforma Social

Destina-se a disponibilizar registo digital integrado da Ação Social desenvolvida no Concelho que identifique e caracterize as pessoas abrangidas e a abranger; e as respostas sociais existentes e necessárias.

A Plataforma Social vai permitir o diagnóstico, planeamento e avaliação da intervenção concelhia; e ainda promover a ação integrada entre serviços desenvolvidos pelas entidades concelhias, rentabilizando os recursos.

Esta plataforma assenta em seis projetos de prestação de apoios / respostas sociais (BAT, BBC, Farmácia Solidária, Movimento Zero Desperdício, Precariedade Económica e RUPI);

As entidades parceiras que participam na Plataforma Social inserem as suas capacidades de resposta e pedidos de apoio. A gestão do sistema permite verificar a adequação nas necessidades às respostas dadas.

4. Rupi- Registo Único de Pessoas Inscritas

Dentro da plataforma digital, e no registo de indivíduos, é a parte referente apenas aos inscritos em valências institucionais (ex. lar, centro de dia, creche), para se ter noção de pessoas já abrangidas, lista de espera e vagas ao nível do concelho

5. Custo Padrão

Tem por objetivo geral conhecer os custos inerentes ao desenvolvimento de respostas sociais; propor (boas) práticas que permitam a redução dos custos de funcionamento e a adoção de práticas que promovam a qualificação dos serviços prestados.

As entidades que desenvolvem respostas sociais típicas enviam os relatórios de contas anuais e a Autarquia faz a sua análise. Os resultados são globalmente apresentados em reunião plenária e são apresentadas propostas de melhoria do desempenho.

**4.4.2. Loja do Município e Loja do Município Online**

A Loja do Município e a Loja do Município Online fazem parte de um projeto “Simplificar-me” que, em 2010, ganhou o Prémio Serviço ao Cidadão, inserido nos Prémios Boas Práticas no Sector Público, uma iniciativa da Deloitte, desenvolvida com a colaboração especial do Diário Económico, do Instituto Nacional da Administração Pública (INA) e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD).

Concebido em 2005, o “Simplificar-me” pretende, acima de tudo, simplificar a vida aos cidadãos, aumentando o seu grau de satisfação. Para tal, foi necessário facilitar a tomada de decisões à administração e aumentar a produtividade dos colaboradores da Câmara Municipal de Matosinhos.



Este projecto multidisciplinar envolveu a alteração de todo o atendimento da Câmara Municipal a começar pela Loja do Município. Desde 5 de Novembro de 2008 que num único espaço está concentrado todo o atendimento aos cidadãos. Graças a um novo sistema de gestão documental, toda a correspondência é digitalizada e tramitada eletronicamente. Ao contrário que acontecia anteriormente, o mesmo processo poderá ser consultado simultaneamente por 10 pessoas ou mais. Outra das novidades implementadas foi o CRM (Citizen Relationship Management), que consiste numa base de dados, onde todos os pedidos dos municípios ficam registados, dando à Autarquia uma “visão unificada do cidadão”.

A 5 de Fevereiro de 2009, entrou em funcionamento a Loja do Município Online, que permitiu aos cidadãos fazer pedidos e consultar a movimentação de processos sem ter que vir à Câmara Municipal, fazendo-o pela Internet.

Também mediante o fornecimento do número de telemóvel, qualquer cidadão poderá receber SMS para diferentes tipos de notificações por parte da Autarquia.

Em Julho de 2010, os municípios passaram a entregar em formato digital todos os pedidos relacionados com operações urbanísticas, quer presencialmente na Loja do Município quer na Loja do Município Online, tornando o processo mais rápido, mais eficaz e mais transparente.

Foi graças a este complexo plano de modernização administrativa que a Câmara Municipal de Matosinhos venceu o Prémio Boas Práticas do Sector Público. Todavia, já em Outubro de 2008, foi contemplada com o Prémio Autarquia Digital Microsoft e o Prémio Projeto do Ano SIG Autarquias. Em Abril de 2009, a Câmara de Matosinhos obteve o Prémio Mundial da Microsoft “Best Practice na área de Citizen Services Platform”, em Bilbao, Espanha. Em Setembro desse mesmo ano, a Loja do Município viu os seus serviços distinguidos pela empresa certificadora SGS, considerada a maior organização mundial no domínio da inspeção, verificação, análise e certificação, na norma ISO 9001. Em Março de 2010, a Administração da CMM recebeu o Prémio Personalidade SIG pela ESRI Portugal.



A Loja do Município tem na sua génese dar continuidade a uma estratégia de gestão, assente em padrões de racionalização de meios, eficiência e otimização de tempo.



Pretendeu-se com a criação deste serviço qualificar o atendimento ao público, centralizando num único espaço todo o atendimento/interação dos munícipes com a Câmara Municipal. Desta forma, o município disponibiliza uma maior comodidade e rapidez aos munícipes na resolução dos seus problemas, com uma comunicação mais fluida e consentânea, uma vez que, no mesmo local pode obter informações sobre as várias valências contempladas no “Universo” da Autarquia. Paralelamente é disponibilizado um leque abrangente de ferramentas de contacto, para potenciar e tornar a interação com os munícipes, mais ampla e inclusiva.

A génese da Loja do Município é alicerçada em três grandes pilares estruturais, Front Office, Back Office e Call Center.

- Front Office – consiste no atendimento presencial, subdividido em duas grandes valências, Urbanismo e Atendimento Geral (Via Pública, Ambiente, Fiscalização, Polícia Municipal, Proteção Civil, Taxas e Licenças, Execuções Fiscais e Contra Ordenações).
- Back Office – tem como missão proceder à digitalização dos documentos entregues no Front Office e consequentemente proceder ao encaminhamento desses pedidos, no mais curto espaço de tempo, para o respetivo serviço.

- Call Center – nesta valência de atendimento (telefone) o procedimento consiste na identificação da pretensão do munícipe, podendo o munícipe por esta via realizar um pedido, obter informações ou simplesmente obter o encaminhamento de uma chamada.

Igualmente relevante será evidenciar os múltiplos canais de interação disponibilizados ao munícipe, destacando-se quatro:

- Presencial – este procedimento é realizado no Front Office, onde os munícipes poderão obter informações, esclarecimentos, levantamento de documentos e proceder ao registo dos documentos entregues, sendo consequentemente encaminhados para o Back Office.
- Call Center – compreende o atendimento telefónico sempre que o munícipe ligue para os contatos telefónicos da CMM.
- Expediente – enquadram-se aqui todos os contatos rececionados através de carta, fax ou email, os quais são registados na plataforma de relacionamento com o munícipe (CRM) e posteriormente encaminhados para o serviço correspondente através da gestão documental.
- Loja do Município online – este canal permite a interação direta através de um portal de serviços, sendo possível a realização de pedidos. Assim, o munícipe pode submeter os pedidos via WEB a qualquer hora do dia, sem necessidade de deslocação à Loja do Município, com as vantagens associadas em termos de comodidade e rapidez. A este serviço está também associado o pagamento da taxa administrativa por referência multibanco.

Todos estes serviços de interação com o munícipe, interagem entre si para a resposta a dar às solicitações colocadas sejam tratadas de forma ágil e célere.

Para além do objetivo basilar de simplificação da vida dos munícipes, a centralização de todo o atendimento Municipal num mesmo local permite, ainda, a obtenção de informação bastante útil para o executivo da autarquia, quer para efeitos de otimização do funcionamento dos serviços, quer para um acompanhamento contínuo das interações de cada munícipe com a Câmara Municipal. Assim, com base na informação recolhida através do atendimento, procede-se à monitorização das interações com os munícipes, nomeadamente no que respeita ao número de atendimentos efetuados, tempos médios de espera, tempo de encaminhamento dos pedidos para os diferentes serviços, entre outros indicadores úteis a gestão.

A monitorização assume grande relevância neste contexto, uma vez que, permite atuar em tempo real, sempre que os parâmetros inicialmente predefinidos como objetivo a alcançar, estejam a ser extrapolados.

Na Loja do Município, foram registados mais de 176 mil pedidos, no período de Outubro de 2008 a Outubro de 2014.

Desde Outubro de 2008, a Loja do Município tem granjeando reconhecimento e prestígio, obtendo inclusive, reconhecimento a nível Nacional e Internacional, com a atribuição de vários prémios e distinções, entre as quais se destacam as seguintes:

- Autarquia Digital (2008)
- Prémio ESRI Projecto do Ano SIG Autarquias (2008)
- Best Citizen Project Microsoft (2009)
- Microsoft Case Study CSP (2009)
- Prémio ESRI Personalidade SIG (2009)
- Prémio Boas Práticas no Sector Público – Serviço ao Cidadão (2010) atribuído pela Deloitte,

Diário Económico, INA e FLA.

Existe a ambição de manter este nível de excelência, sem descurar o aperfeiçoamento e consequentemente fazer mais e melhor, para que desta forma, permita manter Matosinhos no lugar cimeiro no âmbito das Boas Práticas na Administração Pública e na senda da qualidade e continua melhoria.

#### **4.4.3 Postos de Atendimento aos Cidadãos (PAC)**

No seu objetivo de simplificar a vida aos munícipes e descentralizar serviços, a Câmara Municipal de Matosinhos criou dois postos de Atendimento aos Cidadãos, um em Leça da Palmeira, outro em S. Mamede.

Estes equipamentos municipais permitem a partir de um ponto único de contacto, personalizado, fornecer serviços vários da Administração Pública. A atividade funcional dos Postos de Atendimento ao Cidadão, em S. Mamede de Infesta e em Leça da Palmeira inclui valências no âmbito da ADSE, nomeadamente através da emissão do Cartão





Europeu de Saúde da Segurança Social e da receção e encaminhamento para os serviços centrais de recibos, funcionalidade que tem registado um interesse e uma afluência significativos, nomeadamente junto da população mais idosa. Além destes, é também possível tratar de questões relacionadas com o IMTT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres), um serviço que foi reforçado com as alterações no que diz respeito à renovação das cartas de condução em função da idade.

Durante o ano de 2013, o PAC de Leça da Palmeira fez 20271 atendimentos, sendo o maior número relativo à ADSE (5125), seguindo-se Informações de âmbito geral (4100) e assuntos relativos ao IMTT (2450).

O PAC de S. Mamede de Infesta registou 9825 atendimentos, sendo o maior número relativo à Informações de âmbito geral (3543), seguindo-se a ADSE com 2231, e a EDP com 1348.

#### 4.4.4. Espaços internet

Os Espaços de Internet de Matosinhos e Santa Cruz do Bispo são equipamentos amplamente apreciados e utilizados pelos cidadãos, não só, mas maioritariamente, por aqueles que dispõem de menos recursos, estando situados no Centro Comercial Antiga Câmara, em Matosinhos e na Casa da Juventude de Santa Cruz do Bispo, respetivamente.



Estes equipamentos municipais permitem o acesso gratuito à internet com a presença permanente de monitores, bem como, desenvolvem também algumas atividades lúdicas e de formação.

Durante o ano de 2013, registaram-se 913 utentes e 13462 utilizações no conjunto dos dois espaços, divididos desta forma:

Espaço Internet de St<sup>a</sup> cruz do Bispo

- 5410 utilizações;
- 319 utentes.

Espaço Internet de Matosinhos

- 8052 utilizações
- 594 utentes;

#### **4.4.5. Centro de Informação Autárquico ao Consumidor (CIAC)**

É um organismo da administração local cuja missão é promover e salvaguardar os direitos dos consumidores. A Câmara Municipal de Matosinhos criou o Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, este serviço promove de forma inequívoca a defesa dos direitos dos consumidores, ao fazer a mediação dos seus conflitos bem como o esclarecimento dos seus deveres.



Protocolos celebrados com outras entidades:

- Instituto do Consumidor/ Comissão de Coordenação da Região Norte;
- Protocolo de Cooperação entre a Câmara de Matosinhos e o Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto, 26/04/2000;
- Protocolo de Cooperação entre a Câmara de Matosinhos e a Associação Portuguesa de Direito de Consumo, 07/08/2000.

O CIAC desenvolve as seguintes ações de serviço público:

- Apoia o desenvolvimento/duma estrutura Municipal de informação
- Descentralizada do Instituto do Consumidor.
- Realiza sessões de informação e/ou outros eventos informativos dos direitos do consumidor para toda a população e particularmente a estudantil.

Apoio aos consumidores individuais que passa, nomeadamente, por:

- Um serviço de informação, onde se faz o atendimento, a prestação de informações e o encaminhamento das reclamações;
- Um serviço de mediação, quando se procura obter os acordos;
- Tribunal arbitral, quando não é viável uma solução do conflito de consumo, recorre-se à conciliação e arbitragem;

Se nos conflitos de consumo o CIAC tem um papel importante, junto dos cidadãos pretende ajudar a fomentar consumidores mais conscientes e responsáveis dos seus direitos e deveres.

#### **4.4.6. Metrologia**

Os Serviços Municipais de Metrologia da Câmara Municipal de Matosinhos, localizam-se na Rua de Álvaro Castelões, s/n - Mercado Municipal de Matosinhos - 4450-037 Matosinhos. O horário de funcionamento está compreendido entre as 9h e as 17h e 30min.



O serviço apenas se encontra aberto ao público às quintas-feiras, para que nos restantes dias da semana, os funcionários efetuem os serviços externos nos estabelecimentos e empresas do Concelho de Matosinhos.

Os técnicos têm, conforme as disposições legais, formação técnica de aferidores de pesos e medidas, tendo frequentado o Centro de Formação Técnica do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI) e diferentes cursos de reciclagem na mesma área.

Os Serviços Municipais de Metrologia foram devidamente qualificados pelo Instituto Português da Qualidade em 1992, conforme requerimento da Câmara Municipal de Matosinhos, os métodos de verificação estão devidamente regulamentados pelo Despacho n.º 90/94 do Ministério da Economia. Todos os anos são verificadas as massas (pesos) utilizadas nas inspeções que os serviços de metrologia efetuam, sendo essas mesmas massas marcadas com o símbolo do ano de verificação.

Os serviços municipais de metrologia estão anualmente sujeitos a uma inspeção do Ministério da Economia, através dos Serviços de Metrologia da Direção Regional de Economia, da qual resulta um relatório de qualidade que colmata todas as lacunas que possam existir.

Os funcionários do Serviço de Metrologia (Aferidores de Pesos e Medidas) deslocam-se por todo o concelho, verificando todo o tipo de instrumentos de pesagem dos estabelecimentos comerciais, empresas, vendedores do mercado e vendedores ambulantes, que de acordo com a lei devem estar devidamente certificados para que o consumidor possa adquirir os seus produtos com qualidade e a preços justos.





#### 4.4.7. Loja do Empreendedor

É um projeto que cumpre alguns objetivos essenciais:

- ajudar a criar e desenvolver metodologias e instrumentos que respondam com eficácia e qualidade às suas necessidades, potencialidades e constrangimentos
- incentivar potenciais empreendedores no apoio a novas ideias e perspetivas de negócio com o objetivo de promover a fixação e o desenvolvimento da atividade empresarial
- promover uma relação individualizada, através do atendimento personalizado e especializado
- ser um prestador privilegiado de informações aos empresários e potenciais empreendedores com aspetos relacionados com:
  - dar apoio na análise a ideias e pretensões de negócios;
  - conhecer os sistemas de incentivos ao investimento (comunitários e nacionais) facilitação do contacto com as mais diversas entidades;
  - transmitir a legislação e regulamentação em vigor;
  - esclarecer acerca dos procedimentos de licenciamento industrial e comercial procurando contribuir para a celeridade processual e administrativa;
  - encaminhar e acompanhar, em articulação com os serviços competentes camarários, todos os pedidos de licenciamento municipal de estabelecimentos comerciais e industriais.

Pretende-se ainda dinamizar, modernizar e reconverter projetos de empreendedorismo local; identificar necessidades, sugestões e prioridades do Concelho, assim como as suas potencialidades económicas; cooperar com todas as Associações e Organizações Empresariais na promoção do empreendedorismo e do empreendedor do Concelho; implementar o desenvolvimento de áreas de localização empresarial/zonas industriais existentes no Concelho e outros conceitos de organização empresarial como os condomínios empresariais e ninhos de empresas; melhorar o acesso das empresas aos organismos descentralizados da Administração pública e informar sobre as suas normas e procedimentos; reforçar o acesso dos micro e pequenos empresários à informação, às novas tecnologias, à metodologia de gestão; criar condições de sustentabilidade e consolidação das micro e pequenas empresas focalizados no Concelho; sensibilizar as empresas para a influência positiva do cumprimento dos procedimentos de qualidade, dos normativos ambientais, com vista ao aumento da competitividade e sustentabilidade; potenciar um ambiente favorável de inovação e acréscimo de produtividade e competitividade empresarial e culturas organizacionais de qualidade e responsabilidade social;

Em suma, a Loja do Empreendedor assume-se como um veículo informativo a nível empresarial e social no Concelho, com a criação dum serviço global de informação.

Na Loja do Empreendedor trata-se também de todas as proposta apresentadas ao Matosinhos Finicia.



O Programa Matosinhos Finicia resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Matosinhos, o IAPMEI, o BPI e a NORGARANTE e surge no âmbito do Plano de combate à crise e das consequentes medidas anti-crise implementadas, em várias frentes, por este município.

Trata-se de uma linha de crédito completamente retornável que visa fundamentalmente facilitar o acesso ao crédito por parte dos empresários e empreendedores locais, instalados no concelho e que estão a sentir grande dificuldade nesse sentido.



## 4.5 Participação Cívica

### 4.5.1 Orçamento Transparente e Participado

A participação cívica é um dos objetivos centrais deste mandato 2013/2017, materializado no conceito ativar a cidadania. Contudo, já anteriormente era fundamental e um dos principais projetos que ganhou corpo e se materializou em dezembro de 2012, com reflexo no Plano e Orçamento de 2013, foi o Orçamento Transparente e Participado (OTP).

Diversas visitas de trabalho a cada uma das então dez freguesias de Matosinhos, com reconhecimentos feitos no terreno, com centenas de conversas com cidadãos, com diálogos abertos com as instituições e coletividades do concelho marcaram o início do OTP.

No dia 22 de novembro, começou a chegar a todas as caixas do correio do concelho uma revista onde se encontrava a as bases de trabalho para a participação dos matosinhenses no Plano e Orçamento da Câmara para 2013.

“A Câmara Municipal de Matosinhos elegeu a proximidade com os cidadãos como uma das suas prioridades no dia-a-dia. Em 2013, queremos dar mais um passo em frente nesta preocupação permanente e constante de estar perto das pessoas. Um passo tão importante quanto valioso para, todos juntos, definirmos o futuro de Matosinhos”, explicava o Presidente da Câmara, Dr. Guilherme Pinto, no texto de introdução da publicação.



“Queremos dar-lhe conhecimento de quanto é que a Autarquia gasta e em quê. Queremos saber se as nossas opções lhe parecem bem ou se tem outra opinião diferente. Queremos que perceba que é preciso tomar decisões e fazer opções relativamente ao valor do investimento. Queremos que saiba, para ninguém distorcer a verdade”, refere o autarca recordando que esta consulta pública é importante para o futuro de Matosinhos. “Todos juntos, seremos uma só voz!”.

A publicação, também disponibilizada na página da internet, dava a conhecer os números para 2013: os valores das despesas municipais, serviços à comunidade, valorização social e económica, despesas com instalações, entre outros, os valores disponíveis para investimento e ainda a lista das obras que a Autarquia considera prioritárias para o próximo ano. Com o OTP, os matosinhenses receberam um formulário que deviam preencher, dando a opinião relativamente aos números apresentados, bem como à atividade municipal, e devolver em envelope anexo e gratuito, à Câmara Municipal de Matosinhos até ao dia 12 de Dezembro.

E os matosinhenses aderiram em força ao Orçamento Transparente e Participado. Mais de três mil participaram no desafio lançado pela Câmara de Matosinhos. Todos os dados recebidos, bem como as opiniões emitidas nos campos de respostas abertas foram tratados qualitativa e quantitativamente, vertendo-se os resultados finais na elaboração do Plano e Orçamento da Autarquia para 2013.

Das mais de três mil respostas rececionadas, as cinco áreas prioritárias apontadas foram: apoiar idosos que vivem sozinhos (98,4%); apoiar pessoas que não consigam ter alimentação, medicamentos e roupas (97%); apoiar instituições na área da saúde, infância, juventude, deficiência e terceira idade (96,9%); exigir aos arrendatários da habitação social o pagamento da renda (96,1%); atualização das rendas em função dos rendimentos (95,7%).

Ceder terrenos e prescindir de taxas para captar empresas (93,1%), continuar com o programa “A ler vamos” (89,5%) e alargar esse programa à matemática (89,1%), manter o apoio ao arrendamento (88,5%) e investir em rastreios de saúde (87,8%) foram outras das prioridades apontadas pelos munícipes.

O formulário do Orçamento Transparente e Participado incluiu ainda duas perguntas abertas, às quais responderam menos de metade dos inquiridos.



De realçar aqui a preocupação revelada pelas pessoas na conservação e manutenção de edifícios e espaços municipais, dos quais se destacam a Casa de Chá da Boa Nova, em Leça da Palmeira, o Parque do Carriçal, na Senhora da Hora, e o Palacete Visconde Trevões, em Matosinhos.

O melhoramento das ruas e dos passeios, a conservação de jardins, a recuperação de edifícios abandonados, o apoio à economia local e criação de emprego, o apoio a famílias carenciadas e a idosos foram mais algumas das áreas que fazem parte das preocupações dos cidadãos do Concelho.

Relativamente à conservação do espaço público e dos edifícios municipais, os cidadãos alertaram os serviços da Autarquia para problemas relacionados com a conservação/manutenção de ruas, passeios, jardins e espaços verdes, iluminação pública e a renovação do casco urbano.

O Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, perante estes resultados, elogiou, antes de mais, a participação dos cidadãos que considerou “notável a todos os níveis”.

#### **4.5.2. Conselhos Consultivos/conselhos de cidadãos**

Ativar a Cidadania passa por mobilizar todos os cidadãos para os desafios do futuro e do presente, fazer com que cada um sinta que pode e sinta que deve contribuir para o destino coletivo. É, por isso, ter a capacidade para que o diálogo entre as visões plurais do concelho se possa efetuar e, sobretudo, procurar envolver os que não sentiram motivação suficiente para participar.

Dando seguimento ao conceito “Ativar a Cidadania”, a Câmara Municipal de Matosinhos desenvolveu várias linhas de ação com vista a envolver os cidadãos no debate de ideias que possibilitem o intercâmbio de opiniões/soluções que possam contribuir para potenciar as boas práticas em várias áreas.



Uma das primeiras medidas a implementar forma os conselhos consultivos para as diversas áreas de intervenção da Autarquia, assumindo-se como formas de materialização de bons exemplos de participação ativa dos cidadãos.

As áreas de intervenção onde a participação dos cidadãos é fundamental são:

- Proteção Civil
- Ação Social
- Educação
- Juventude
- Desporto
- Cultura
- Economia

A Câmara Municipal de Matosinhos vai ainda criar Conselhos de Cidadãos, parceiros na tomada de decisões e na definição das estratégias de desenvolvimento para o concelho. Com esta medida, a autarquia pretende fazer reuniões com grupos de cidadãos escolhidos de forma aleatória e representativos de cada uma das uniões de freguesias.

#### **4.5.3. Cidadania Ativa**

Ativar a Cidadania passa também pela disponibilização de serviços online, através da página da internet, que permitem uma maior interação com os cidadãos.

Voz do Munícipe foi o nome atribuído a um serviço que, desde março de 2006, colocamos ao dispor dos cidadãos.



Porque queremos facilitar a vida aos nossos munícipes, porque queremos um envolvimento efetivo com as populações, damos a possibilidade aos cidadãos de enviarem a sua crítica, sugestão, dúvida, reclamação ou qualquer outro tipo de comentário sobre tudo o que se passa, vive e transforma no seu concelho.

Os cidadãos podem comentar os projetos da autarquia, as iniciativas, revelar os seus interesses. Estes são contributos que podem fazer a diferença no processo de tomada de decisão dos líderes políticos ao serviço das populações.

A Voz do Município é um espaço aberto, um serviço ao dispor do cidadão para que Autarquia e Municípios possam, em conjunto, trabalhar em prol do concelho.

Na página da internet, foi criado um interface com o nome Cidadania Ativa que fornece aos cidadãos um conjunto de acessos de grande relevância: o link direto à Loja do Município, um submenu de apoio aos mais diversos níveis; o acesso aos Anúncios e Editais que, para além de afixados nos respetivos locais, são também disponibilizados online em tempo real; o Em Discussão, onde se pode aceder a todos os projetos bem como assuntos em discussão pública (planos de urbanização, planos de pormenor, etc); a Bolsa de Emprego Online desenvolvida em colaboração com o Centro de emprego de Matosinhos com atualizações feitas duas a três vezes por semana; e ainda Contactos e Ligações Úteis.

Por último, a Câmara Municipal de Matosinhos oferece um canal de comunicação direto com o Presidente da Câmara: o Contacte o Presidente.

### CONTACTE O PRESIDENTE

Este formulário oferece um interface gráfico para o envio de correio eletrónico para o Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos.

É-nos necessária alguma informação por forma a podermos processar a sua mensagem, nomeadamente a indicação da sua morada de correio normal entre outros contactos.

Os campos marcados com \* são de preenchimento obrigatório!

Nome \*

Morada \*

Código Postal \*

Localidade \*

Telefone \*

Email \*

Assunto \*

Pedido de Informação ▼

**Pedido**

A sua sugestão \*

Os dados fornecidos são para uso exclusivo da Câmara Municipal de Matosinhos.

Se não desejar ser contactado sem ser no âmbito deste processo, por favor indique-o, preenchendo o campo abaixo:

Pretende ser contactado \*

Não ▼

Os campos marcados com asterisco (\*) são de preenchimento obrigatório.

[inserir feedback →](#)

## 5 – Compromissos para o futuro – Celestina Silva

Objetivos a alcançar a curto, médio e longo prazo